

Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 5002260-43.2023.8.21.0019

Nº: 2020070072

Página: 3 de 6

- a) a falta de pagamento, na(s) respectiva(s) data(s) de vencimento, das obrigações contraídas em função desta cédula de crédito, inclusive seus encargos e acessórios;
- b) nas hipóteses dos artigos 333 e 1425, do Código Civil Brasileiro;
- c) se contra a minha(nossa) pessoa e/ou do(s) AVALISTA(S) e/ou do(S) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) houver qualquer protesto ou execução de títulos ou contratos, quer na condição de devedor principal, de avalista ou de fiador, ou ainda, se contra a minha (nossa) pessoa e/ou AVALISTA(S) e/ou do(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) for requerida ou decretada a falência ou insolvência, ou for proposta demanda que possa vir a causar a minha(nossa) insolvência, seja através de medida judicial ou extrajudicial que, a critério da COOPERATIVA, possa afetar a capacidade de pagamento da dívida ou suas respectivas garantias;
- d) houver modificação ou alteração, por força de lei ou de atos das autoridades financeiras, das normas que regem o presente título ou que com ele estejam relacionados direta ou indiretamente;
- e) no caso do meu(nosso) desligamento do quadro social da COOPERATIVA, na forma estatutária, a qualquer título(demissão, eliminação ou exclusão);
- f) depois de notificado(s) pela COOPERATIVA eu(nós) e o(s) avalista(s) garantidor(es) não efetuar(mos) a substituição ou o reforço da garantia;
- g) na hipótese de denúncia unilateral;
- h) na ausência de renovação do seguro do bem financiado ou dado em garantia e,
- i) se houver infringência de quaisquer dos itens desta cédula.

6 - O principal da dívida será pago em 36 (Trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, vencíveis no dia 14(Quatorze) de cada mês, acrescidas dos encargos financeiros pactuados, de acordo com o estabelecido no item dois, vencendo-se a primeira em 14/08/2020 e a última em 14/07/2023, juntamente com a qual serão liquidadas todas as obrigações ainda existentes e decorrentes desta cédula de crédito bancário.

6.1 - O vencimento da prestação que ocorrer em sábados, domingos ou feriados, prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente.

7 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que o sistema de amortização da dívida representada por esta cédula, observando-se o contido no item dois, será o Sistema Price .

8 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que a tolerância pela COOPERATIVA quanto ao exercício dos direitos que lhes asseguram esta Cédula de Crédito Bancário, não prejudicará o exercício destes, em época subsequente, ou em idêntica ocorrência posterior, nem criará quaisquer direitos que não os expressamente previstos neste título.

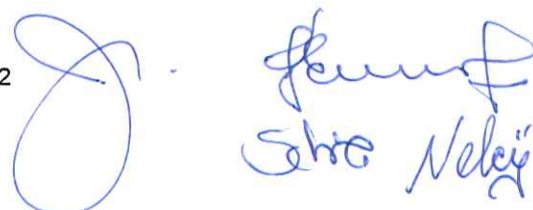
9 - O pagamento será efetuado na praça de Campo Bom, RS.

10 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, a efetuar a débito de minha(nossa) conta depósitos de todas às parcelas relativas à presente cédula, inclusive encargos de mora, acessórios e despesas, inclusive de seguro prestamista, nos respectivos vencimentos, bem como nos casos de vencimento antecipado.

10.1 - O(s) ASSOCIADO(S) e o(s) devedor(es) solidário(s), ainda declaram que ficaram cientes dos fluxos considerados no cálculo do Custo Efetivo Total (CET), bem como de que essa taxa anual representa as condições vigentes na data de assinatura deste instrumento.

11 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que o crédito advindo da presente cédula é líquido, certo e exigível na forma da Lei, pelo que a COOPERATIVA, sempre que solicitada, emitirá o respectivo demonstrativo de cálculo.

Ouvidoria Unicred - Tel: 0800-9400602



Nº: 2020070072

Página: 4 de 6

12 - Assina(m) a presente cédula de crédito na qualidade de AVALISTA(S) e/ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) os senhores: SCHIRLE MARA MENTZ HATTGE, Brasileira, EMPRESARIO , cpf número 656.817.460-20, residente a RUA NESTOR A. MOOG, 67, Portão, RS, JOSE ERNESTO MENTZ, Brasileira, EMPRESARIO , cpf número 062.369.870-68, residente a RUA CRISTOVÃO COLOMBO, 539, Portão, RS, solidariamente obrigados ao pagamento da dívida contraída por força desta cédula, dívida esta que confessam e reconhecem como líquida e certa.

Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que a COOPERATIVA a seu único e exclusivo critério poderão exigir a substituição da garantia, ou o seu reforço sendo que tal exigência, será precedida de notificação por escrito dirigida a mim(nós) e/ou ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), para que substituamos ou forcemos a garantia no prazo de quinze dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida garantida.

13 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar, sempre que julgar conveniente, qualquer saldo credor existente, em meu(nosso) nome para pagamento parcial e/ou total das dívidas por mim(nós) assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

14 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder à compensação, definida pelo artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre o meu(nosso) débito, representado pelo meu(nosso) saldo devedor e eventuais créditos vencidos e vincendos que eu(nós) tenha(mos) ou venha(mos) a ter para com a COOPERATIVA, representados por títulos e valores mobiliários, Títulos de Crédito, contratos de mútuo e repasse, Certificados e Recibos de Depósito Cooperativo e Bancário, além de saldos em conta-corrente, investimentos e afins, resultados societários como sobras, juros e saldos de capital e quaisquer outros haveres societários.

14.1 - A compensação de que trata o presente item far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, tão somente mediante os competentes lançamentos contábeis e ocorrerá sempre que qualquer prestação pecuniária deixar de ser por mim(nós) cumprida(s).

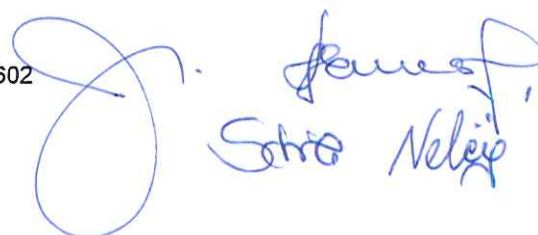
14.2 - Autorizo(amos), ainda, a COOPERATIVA a proceder, em caso de meu(nosso) desligamento do seu quadro social, à compensação prevista no artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre o valor total de meu(nosso) débito, oriundo deste título e de demais operações realizadas com COOPERATIVA e meu(nosso) crédito, oriundo das quotas-partes de minha(nossa) titularidade junto à COOPERATIVA, além de qualquer outro porventura existente.

14.3 - Em sendo realizada a compensação citada no item anterior, a minha(nossa) responsabilidade junto à COOPERATIVA perdurará até a aprovação das contas relativas ao exercício em que se deu meu(nosso) desligamento do seu quadro social.

15 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que poderei firmar seguro prestamista para garantia da obrigação prevista na presente cédula, em favor da COOPERATIVA, sem prejuízo das demais garantias.

16 - Em caso de inadimplência, por prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias, independentemente de terem sido ou não protestadas ou sofrido quaisquer tipo de anotações judiciais, autorizo(amos) a COOPERATIVA a encaminhar meu(nossos) nome(s) e demais dados identificatórios ao SERASA e a outras instituições de proteção ao crédito que, para a útil e necessária avaliação de crédito, poderá complementá-los com informações cadastrais obtidas perante outras instituições, bem como autorizo a COOPERATIVA a efetuar a consulta de meus dados e registros arquivados na CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO do BANCO CENTRAL DO BRASIL ou instituição que mantenha serviços desta natureza, bem como que utilize essas informações visando a elaboração de cadastro, estudos

Ouvidoria Unicred - Tel: 0800-9400602



Nº: 2020070072

Página: 5 de 6

atinentes à concessão de crédito, empréstimos e afins. Autorizo, também, que a COOPERATIVA envie informações atinentes às minhas operações realizadas com a mesma, a fim de compor(em) o banco de dados da CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO, na forma da regulamentação em vigor, salientando, ainda, que a pesquisa e/ou a remessa de dados não importa em violação as normas e leis vigentes.

17 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que correrão por minha(nossa) exclusiva conta todas e quaisquer despesas, seja de que natureza forem, que incidam ou venham a incidir, em decorrência da operação presente nesta Cédula de Crédito Bancário, bem como as relativas à segurança, regularização ou conservação do direito creditório da COOPERATIVA representado nesta cédula e eventuais aditivos, ratificações, retificações e afins.

18 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA a ceder, transferir ou alienar a terceiros, em qualquer época, no todo ou em parte, os direitos creditórios decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, inclusive a(s) garantia(s) que for(em) prestada(s) ocasião em que o cessionário, instituição financeira ou não, ficará sub-rogado nos direitos da COOPERATIVA oriundos deste título.

19 - Eu(nós) o(s) EMITENTE(S) e eu(nós) o(s) AVALISTA(S)/TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) DECLARO(AMOS), para devidos fins legais e de direito, que tive(mos) prévio acesso a todos os termos, cláusulas e condições desta Cédula especialmente as que se referem a prazo, valores negociados, taxas de juros, de mora e de administração, encargos moratórios, multas, formas de liquidação antecipada e de rescisão. Declaro(amos) ainda, que concordo(amos) com todas as cláusulas e condições, e reconheço(emos) a plena validade do negócio realizado. Declaro(amos) por oportuno, que recebi(emos) cópia impressa integral (segunda via não negociável), da referida cédula formalizada, nesta data.

20 - Declaro(amos), que o foro de discussão da presente cédula de crédito bancário será o da praça de pagamento, determinada no item nono da mesma.

EMISSÃO:

Campo Bom, 14 de Abril de 2020.



[Handwritten signature]

Emitente: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA
CNPJ: 03.880.277/0001-44
Endereço: R CAMPO GRANDE, 777 - BL HS



[Handwritten signature]

Avalista/Terceiro Garantidor: SCHIRLE MARA MENTZ HATTGE
CPF: 656.817.460-20

[Handwritten signature]

Ouvidoria Unicred - Tel: 0800-9400602

[Handwritten signature]



Nº: 2020070072
Página: 6 de 6

Sergio Pedro Hattge Junior

Avalista/Terceiro Garantidor: SERGIO PEDRO HATTGE JUNIOR
CPF: 682.282.440-53



Jose Ernesto Mentz

Avalista/Terceiro Garantidor: JOSE ERNESTO MENTZ
CPF: 062.369.870-68



Nelcy Mentz

Avalista/Terceiro Garantidor: NELCY MENTZ
CPF: 378.251.860-87

Schre

CET - Custo Efetivo Total**1 - Dados da Proposta**

Conta	Nome do(a) Associado(a)	Proposta de Crédito
037783-0	DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA	2020070072
Valor Solicitado	Qtd. de Parcelas	Total das Parcelas
161.600,00	36	192.997,08
		Total de Pagtos Autorizados
		808,00

Encargos Financeiros		
Taxa de Juros Mensal	Taxa de Juros Anual	Indexador
0,850000%	10,690623%	

FLUXO DE PAGAMENTOS CONSIDERANDO OS VENCIMENTOS A SEGUIR

Vencimento da 1ª Parcela	Vencimento da Última Parcela
14/08/2020	14/07/2023

CET - Custeio Efetivo Total - (% a.m.)	CET - Custeio Efetivo Total - (% a.a.)
0,862190%	11,010000%

2 - Observações

O Custo Efetivo Total - CET correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e suas condições estão determinadas através da Resolução 3.517 de 06/12/2007 de Banco Central do Brasil.

No cálculo do CET são consideradas as informações constantes no quadro acima.

O cálculo do CET é obtido através da função financeira conhecida como TIR - Taxa Interna de Retorno.

O CET deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas pagamento de serviços de terceiros contratados pela instituição, inclusive quando essas despesas forem objeto de pagamento.

No cálculo do CET não são considerados taxas flutuantes, índice de preços ou outros referenciais de remuneração cujo se altere no decorrer do prazo da operação, os quais devem ser divulgados junto com o CET.

O(a) solicitante declara ter conhecimento das condições apresentadas e que as mesmas são válidas para contratações nesta data.

3 - Data e Assinaturas

Novo Hamburgo/RS, 30 de março de 2020

Emitente: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA
CPF/CNPJ: 03.880.277/0001-44



Votação Comitês Gestor de Crédito

Empréstimo Proposta: 2020070072 Associado: DIEMENTZ COM ELETROMOVEIS

14/04/2020 09:48

Votação dos Comitês: 2

Ordem: 1 Comitê: 1 - Comitê Unidade Nr. Mín. Votação: 1 Nr. Mín. Aprovação: 1

Membro	Substituto	Situação	Data e Hora da Aprovação
ELISANDROC		Recomendado	03/04/2020 - 09:27

Observações do Membro

OPERAÇÃO MOMENTO CALAMIDADE PUBLICA COVID -19 CONTRATO 0201900138-6.

Ordem: 2 Comitê: 5 - Comitê Gerencia Unidade Nr. Mín. Votação: 1 Nr. Mín. Aprovação: 1

Membro	Substituto	Situação	Data e Hora da Aprovação
ELISANDROC		Aprovado	03/04/2020 - 09:31

Observações do Membro

APROVADO .MOMENTO CALAMIDADE PUBLICA COVID - 19 . RISCO : D. RECOMENDO FAZER ANÁLISE JULGAMENTAL.

Ordem: 3 Comitê: 2 - Analista de Crédito Nr. Mín. Votação: 1 Nr. Mín. Aprovação: 1

Membro	Substituto	Situação	Data e Hora da Aprovação
GHENO		Aprovado	03/04/2020 - 11:31

Observações do Membro

Visto e avaliado o pedido de reestruturação das parcelas atinentes ao contrato citado no parecer gerencial, e à luz da CI 10 2020.1

Em relação ao restritivo de protesto no valor de R\$9.662.029,00 da PGFN constante no Serasa, está devidamente justificada pelo Jurídico da PJ associada, conforme apontado em nossos pareceres técnico, já emitidos em 28/01/2020 e 19/02/2020.

Favorável.

Ordem: 4 Comitê: 4 - Comitê Executivo Nr. Mín. Votação: 2 Nr. Mín. Aprovação: 2

Membro	Substituto	Situação	Data e Hora da Aprovação
ANELISE		Aprovado	03/04/2020 - 12:21

Observações do Membro

Favoravel a reestruturação devido a COVID 19. Ao liberar, analise julgamental

HUGO		Aprovado	03/04/2020 - 11:35
------	--	----------	--------------------

Observações do Membro

Operação de crédito dentro das regras do COVID 19. Aprovo a operação.

Covid 19

VERSÃO 5 - 13/12/2019

UNICRED

CHECK-LIST CRÉDITO EMPRÉSTIMO/ FINANCIAMENTOS/CHEQUE ESPECIAL

DATA: 16/04/2020

CONTA CORRENTE: 37783-0

NOME COOPERADO: Diementz Com. Elet. Ltda

Nº PROPOSTA: 2020070072

GERENTE DE RELACIONAMENTO: Cleandro C.

OK/ N.A.	ETAPA FORMALIZAÇÃO: RESPONSABILIDADE DO GERENTE DE RELACIONAMENTO/ ASSISTENTE
OK	Atualização de cadastro (tomador, avais e sócios quando PJ) = Renda/ Faturamento/ Balanço - ANTES DE INCLUIR A PROPOSTA
OK	Verificar Integralização de Capital (se está em dia e possui agendamento) - ANTES DE INCLUIR A PROPOSTA
OK	Incluir Seguro Prestamista e preencher DPS e coletar assinatura (conforme regra)
OK	Formalizar/ Registrar Garantias conforme procedimentos e políticas vigentes PJ e PF
OK	Análise/ Pareceres e votos Gestor de Crédito (verificar atendimento das condições)
NA	CCB MANUAL: casos de crédito pessoal em que há garantia de veículo próprio ou de terceiros (somente liberar, após a vistoria do detran e apresentação de comprovação)/ casos de financiamento em que o veículo novo ou usado ficara em nome de terceiros (controlar para que entregue cópia do DUT)/ operações com garantia de imóvel. Aplicação em nome de terceiro (PJ e PF). Contratos com outras finalidades com garantia de veículo
NA	Anexar avaliação de imóvel/ tabela FIPE e a consulta do DETRAN (na etapa de formalização para lembrar de verificar se o veículo está livre de pendências)/ Nota fiscal / Cópia do documento atualizado
NA	Termo de autorização de débito da avaliação do imóvel.
NA	Cópia da apólice do Bem em garantia. (Se enviada a proposta, monitorar o envio da apólice).
NA	Anexar comprovação do Crédito quando for necessário, conforme orientações das linhas de crédito PF/ PJ vigentes
OK	Impressão e coleta de assinatura no CET (custo efetivo total) (CCB manual já possui na cédula, não há necessidade de impressão)
OK	Coletar e dar "firmas confere" nas assinaturas (conforme cartão de autógrafos) e rubricas do contrato (proponente/ avais/ testemunhas). Anexar cópia do documento quando não houver cartão de autógrafos. Assinaturas devem ser feitas na agência ou na presença do GR/ Assistente*** Confirmação dos poderes na conta PJ
NA	Em caso de limite CHEQUE ESPECIAL PJ, será necessário contrato e nota promissória assinado pelos sócios e avais.
NA	Coletar assinatura na ficha de atualização cadastral e inserir a data conforme última atualização cadastral
NA	Anexar comprovação de cálculo da taxa de juros (na etapa da formalização)
OK	Imprimir parecer do Gestor de Crédito do S.A.U. e anexar ao contrato

	ETAPA DE LIBERAÇÃO: RESPONSABILIDADE DO CAF/ GERENTE DE AGÊNCIA
OK	Verificar atendimento dos requisitos da etapa de formalização
OK	Verificar se a operação está dentro das regras da Linha (tabelas vigentes)
OK	Verificar tipo de CCB - conforme regras (CCB manual ou Sistema)
NA	Verificar se foi formalizada a garantia veículo e imóvel (Gravames/ Cartório).
NA	Verificar se tarifa de Alienação foi cobrada automaticamente na conta do cooperado, caso negativo, cobrar manualmente
OK	Conferência de assinaturas e rubricas do contrato com firmas confere (proponente/ avais/ testemunhas) de acordo com cartão de autógrafos
OK	Conciliação contrato assinado x S.A.U. (quantidade e vencimentos das parcelas)
OK	Análise/ Pareceres e votos Gestor de Crédito (verificar atendimento das condições e ressalvas)
NA	Cópia do DUT assinado e com firmas reconhecidas (casos de financiamento de veículos usados)
NA	Cópia do documento de vistoria para contratos de crédito pessoal/ capital de giro com garantia de veículo
NA	Em caso de veículo usado, monitorar a vistoria e solicitar cópia do DUT com a efetivação da alienação
OK	Verificar preenchimento DPS Seguro prestamista e enviar para Setor responsável
NA	Agendar vencimento do seguro, para solicitar comprovação da renovação (controle na agência por planilha)
NA	Em caso de limite CHEQUE ESPECIAL PJ, será necessário contrato e nota promissória assinado pelos sócios e avais.
OK	Verificação do Risco da proposta no parecer e o Risco da proposta na liberação: RISCO D não liberar! → Risco D analisado. Liberado
	Liberação deve ser com data do contrato assinado ou posterior (nunca anterior)

*** Contratos não assinados na agência ou na presença do GR/ assistente, em que não possuímos cartão de autógrafos para confirmar, deverão obrigatoriamente ter a assinatura reconhecida em cartório

** O CAF/ Assistente/ Analista/ Gerente de Agência só poderá efetuar a liberação em c/c após cumprir todo check-list de sua responsabilidade e deve monitorar os casos de pendências. Sujeito a sanções disciplinares no caso de descumprimento de qualquer regramento estabelecido

UNICRED REGIÃO DOS VALES

Gerente de Relacionamento/ Assistente

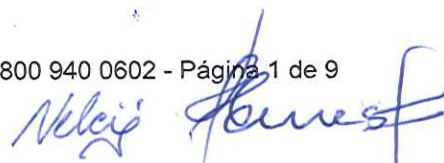
LISANDRO CHRISTMANN
GERENTE DE AGÊNCIA

UNICRED REGIÃO DOS VALES

ALINE FRANKLIN DA SILVA
ASSISTENTE DE NEGÓCIOS

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO
(Emitida nos termos da Lei nº 10.931/2004)

N.º desta Cédula: 2022070322
Natureza da Operação de Crédito: Empréstimo
I - PARTES
1. CREDORA
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. CNPJ: 01.796.302/0001-80 Endereço: Rua Bage, 55 , Boa Vista Cidade: Novo Hamburgo Estado: RS Telefone: 051 35954231, 051
2. EMITENTE
Nome/Razão Social: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA CPF/CNPJ: 03.880.277/0001-44 Nacionalidade (País): Data de Nascimento: Documento de Identificação: Órgão Expedidor do Doc. de Identificação: / Profissão: Endereço: AVENIDA DA AZENHA, 1233, SOBRELOJA, AZENHA Cidade: Porto Alegre Estado: RS CEP: 90160-002 Matrícula na UNICRED: 59927 Conta corrente na UNICRED: 377830 Posto de Atendimento: Campo Bom Estado Civil: Filiação: e Regime de bens: Representante: JOSE ERNESTO MENTZ Endereço Eletrônico: schirle@diementz.com.br; financeiro.contasapagar1@diementz.c Telefone: 51 999179220 Cônjuge Nome: Cônjuge Data de Nascimento: Cônjuge Documento de Identificação: Cônjuge Órgão Expedidor do Doc. de Identificação: Cônjuge Profissão: Cônjuge CPF: Cônjuge Filiação: e Cônjuge Endereço Eletrônico:
3. AVALISTAS
Nome: JOSE ERNESTO MENTZ Nacionalidade (País): Brasileira



Data de Nascimento: 16/03/1940
Documento de Identificação: 5011059341
Órgão Expedidor do Doc. de Identificação: SSP
CPF: 062.369.870-68
Profissão: EMPRESARIO
Estado Civil: Casado
Filiação: REINALDO MENTZ e EREDA MENTZ
Regime de bens: Comunhão de Bens
Endereço: RUA CRISTOVÃO COLOMBO, 539
Complemento:
Bairro: ESTAÇÃO PORTÃO
Cidade: Portão
Estado: RS
CEP: 93180-000
Endereço Eletrônico: jose@diementez.com.br
Cônjuge Nome: NELCY MENTZ
Cônjuge Data de Nascimento:
Cônjuge Documento de Identificação: 9011060838
Cônjuge Órgão Expedidor do Doc. de Identificação: SSP/RS
Cônjuge Profissão: DO LAR
Cônjuge CPF: 378.251.860-87
Cônjuge Filiação: e
Cônjuge Endereço eletrônico:

4. TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES)

II - CARACTERÍSTICAS DESTA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

1. Valor: R\$ 127.063,41	2. Valor por extenso: Cento e vinte e sete mil e sessenta e três reais e quarenta e um centavos
------------------------------------	---

3. Prazo: 740 dias	4. Vencimento: 12/10/2024
---------------------------	----------------------------------

5. IOF: R\$ 2.063,41	6. Tarifa: R\$ 2.500,00
-----------------------------	--------------------------------

7. Encargos Remuneratórios

7.1 Básicos:

a) **Juros Remuneratórios:** 1,51 % a.m, 19,70 % a.a **acrescido de 100,00% do CDIPAD - CDI PADRAO UBR**

8. Pagamento a Terceiros:

R\$ 0,00

9. Encargos de Inadimplência:

a) **Juros Remuneratórios:** 1,51% a.m, 19,70 % a.a **acrescido de 100,00% do CDIPAD - CDI PADRAO UBR**

b) **Juros Moratórios:** 1,00 % a.m, 12,00 % a.a

c) **Multa:** 2,00% sobre o total do débito apurado.

10. Registros: R\$ 0,00

Nelcy *Diementez*

11. Custo Efetivo Total - CET: 1,82 % a.m, 24,48 % a.a		
12. Quantidade de Parcelas: 24		
13. Cronograma de pagamento:		
PARCELA 1: 5,50% (12/11/2022)	PARCELA 2: 5,67% (12/12/2022)	
PARCELA 3: 5,86% (12/01/2023)	PARCELA 4: 6,07% (12/02/2023)	
PARCELA 5: 6,30% (12/03/2023)	PARCELA 6: 6,56% (12/04/2023)	
PARCELA 7: 6,84% (12/05/2023)	PARCELA 8: 7,16% (12/06/2023)	
PARCELA 9: 7,51% (12/07/2023)	PARCELA 10: 7,92% (12/08/2023)	
PARCELA 11: 8,39% (12/09/2023)	PARCELA 12: 8,92% (12/10/2023)	
PARCELA 13: 9,55% (12/11/2023)	PARCELA 14: 10,29% (12/12/2023)	
PARCELA 15: 11,19% (12/01/2024)	PARCELA 16: 12,28% (12/02/2024)	
PARCELA 17: 13,64% (12/03/2024)	PARCELA 18: 15,40% (12/04/2024)	
PARCELA 19: 17,75% (12/05/2024)	PARCELA 20: 21,03% (12/06/2024)	
PARCELA 21: 25,96% (12/07/2024)	PARCELA 22: 34,19% (12/08/2024)	
PARCELA 23: 50,64% (12/09/2024)	PARCELA 24: 100,00% (12/10/2024)	
14. A. Modalidade: 0216 - Capital de giro com vencimento superior a 365 dias B. Finalidade da Operação: CAPITAL DE GIRO C. Método de Amortização: Método de Amortização Ajustado		
15. Garantias:		
III - OUTROS DADOS DESTA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		
Número de Vias	Local de Emissão e Pagamento	Data de Emissão
2(duas) vias	Campo Bom	03/10/2022
IV - CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO		

A) Promessa de Pagamento

Pagarei(mos) por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO à CREDORA, qualificada no campo "1" do quadro "I" do preâmbulo, doravante denominada simplesmente de COOPERATIVA, ou à sua ordem, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no preâmbulo, acrescida dos encargos e tributos legalmente previstos, na forma, praça de pagamento e vencimento(s) previstos no quadro "II" do preâmbulo, em moeda corrente, conforme previstos nesta Cédula, que é emitida nos termos da Lei n.º 10.931/2004.

O valor das prestações mensais mencionadas no campo "13" do quadro "II" constituem meras estimativas, eis que:

a. Foram obtidos considerando-se os encargos da data de acolhimento ou alteração da proposta e a liberação do valor também indicados do preâmbulo (total da operação), como sendo a da assinatura deste instrumento. Deste modo, não havendo coincidência entre a data da celebração deste contrato e a liberação do valor tomado, por qualquer motivo alheio à sua vontade, a COOPERATIVA ajustará o valor dos encargos, os quais poderão ser conferidos com os lançamentos na conta-corrente do cooperado, nada tendo, o último, a reclamar a este respeito; e

b. O valor mensal efetivamente devido será calculado no dia de pagamento e de acordo com a



remuneração acumulada do indexador contratado, ou por outro índice e metodologia que o mercado financeiro ou a autoridade normativa venham a instituir em substituição, conforme campo "7" do quadro "II".

B) Ato Cooperativo

O(s) EMITENTE(S) declara(m)-se ciente(s), conforme explicações recebidas antes da assinatura da presente e no momento em que passou a integrar o quadro social da Cooperativa, que essa Cédula está também vinculada às disposições legais que regulam o Cooperativismo, a saber:

- a. Estatuto Social da COOPERATIVA;
- b. Regimento Interno da COOPERATIVA;
- c. Deliberações de Órgãos da COOPERATIVA e
- d. Normativos do Sistema Unicred

O(s) EMITENTE(S) declara(m) ter pleno conhecimento de que a operação representada por esta cédula de crédito bancário, por mim(nós) praticada com a COOPERATIVA, é juridicamente conceituada como sendo um ato cooperativo, de prestação de serviços daquela Sociedade em seu favor, fundamentado no vínculo societário existente entre o(s) EMITENTE(S) (Cooperado) e sua COOPERATIVA, sem intuito de lucro, nos termos da Lei nº 5.764, de 1971, demais legislações cooperativista e do Estatuto Social, em momento algum configurando uma relação de fornecimento e consumo.

C) Assinatura Eletrônica

Caso o presente instrumento seja assinado por meio eletrônico, o EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) confirmam e admitem como válido o meio de comprovação da autoria, da integridade da assinatura e das informações capturadas pela plataforma de assinatura eletrônica disposta no campo de assinatura desta Cédula.

O EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S), declaram e concordam que a presente Cédula de Crédito Bancário, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, gerados em meio digital, representam a integralidade dos termos acordados, conforme redação dos art. 107, 219 e 220 do Código Civil, bem como que, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo as capturas por meio de plataforma de assinaturas eletrônicas. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para comprovar a autenticidade, integridade e a validade da vinculação das partes qualificadas no quadro I da presente Cédula de Crédito Bancário.

D) Condições Gerais

Tendo em vista estas disposições e no intuito de fornecer plena garantia e agilidade na satisfação dos meus deveres como cooperado, em face da operação aqui expressa, firmo(amos) junto com os representantes da COOPERATIVA, a presente Cédula de Crédito Bancário, que é emitida nos termos da Lei número(nº) 10.931 de 2004, na conformidade das cláusulas que seguem:

1 - O objeto da presente Cédula de Crédito Bancário é o empréstimo a mim (nós) por parte da COOPERATIVA, no valor indicado no campo "1" do quadro "II" do preâmbulo, importância esta que será liberada no ato da assinatura da presente Cédula, através de crédito na minha(nossa) conta corrente de depósito indicada no campo "2" do quadro "I" preambular, mantida junto à COOPERATIVA, com o que o(s) dou(amos) plena e geral quitação.

2 - Os encargos devidos nos termos do presente instrumento serão apurados de acordo com as opções assinaladas no campo "7.1" do quadro "II" do preâmbulo, compostos pela taxa de juros remuneratórios indicados nos campos "7.1" do quadro "II" do preâmbulo.

2.1 - Os encargos terão a capitalização mensal de juros e o método de amortização será aquele indicado no preâmbulo. Caso se opte pelo método de amortização SAC, as parcelas serão compostas

por amortizações mensais com valor constante (exceto no período de carência, que não há amortização) e pelos encargos do período que incidem sobre saldo devedor, caso se opte pelo método de amortização PRICE, as parcelas serão mensais com valor constante (exceto no período de carência) sendo compostas pelos encargos do período que incidem sobre o saldo devedor e um valor de amortização do mesmo saldo, caso se opte pelo método de amortização JUROS – FIXADOS COM CAPITALIZAÇÃO MENSAL, as parcelas serão compostas por amortizações mensais (exceto no período de carência) calculadas a partir de percentuais do saldo devedor e pelos encargos do período que incidem sobre o mesmo, caso se opte pelo método de amortização SAV, as parcelas serão compostas por amortizações variáveis, com prazos e valores previamente estabelecidos entre as partes (exceto no período de carência, que não há amortização) e pelos encargos do período que incidem sobre saldo devedor.

2.2 – A presente Cédula de Crédito Bancário é celebrada e está submetida as condições previstas no Contrato de Abertura de Limite de Crédito firmado entre a COOPERATIVA e o EMITENTE, nos termos da Lei nº 13.476/2017.

2.3 – A atualização do valor da dívida proceder-se-á de acordo com a taxa ora pactuada, verificada a partir da data de assinatura desta Cédula até a data de seu respectivo pagamento.

2.4 – Ocorrendo a hipótese de extinção do indexador indicado no quadro II do preâmbulo, que compõe a parte variável dos juros remuneratórios, será adotado aquele que vier a ser criado e/ou utilizado pelo Banco Central do Brasil para a finalidade então desempenhada por aquele indexador. Já no caso de inaplicabilidade do indexador indicado no quadro II do preâmbulo, que compõe a parte variável dos juros remuneratórios, por qualquer outro motivo, os juros remuneratórios corresponderão à taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, na operação de mesma espécie, se a cobrada não for mais benéfica para o EMITENTE.

3 - A presente Cédula é emitida pelo prazo indicado no campo “3” do quadro “II” do preâmbulo, vencendo-se na data indicada no campo “4” do mesmo quadro “II”, de forma que, naquela data, independentemente das condições contratuais aqui constantes, o valor do crédito concedido deverá ser integralmente liquidado, juntamente com os encargos devidos.

3.1 – Faculto-me(amo-nos) também, assim como é facultado à COOPERATIVA, denunciar unilateralmente, e a qualquer tempo, a presente Cédula de crédito, desde que por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, surtindo efeitos após a recepção da denúncia.

3.2 – No caso do item anterior, o saldo devedor será considerado automaticamente vencido, devendo ser imediatamente pago pela EMITENTE e/ou pelos AVALISTAS e/ou pelos TERCEIROS GARANTIDORES.

4 - Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EMITENTE, e sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas da presente cédula, fica estabelecido que incidirão sobre os valores em débito, em substituição aos encargos até então vigentes: (i) juros remuneratórios indicados no campo “9” item “A” do quadro “II” do preâmbulo, capitalizados mensalmente; (ii) juros de mora indicados no campo “9” item “B” do quadro “II” do preâmbulo (limitados a 1% ao mês e 12% ao ano); e (iii) multa contratual não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o total do débito apurado.

4.1 – Obrigo-me(amo-nos), também, ao pagamento dos honorários advocatícios extrajudiciais, à razão de 10%(dez por cento) sobre o valor atualizado da dívida, em não havendo a necessidade de ação judicial para a cobrança do valor constante da presente Cédula de Crédito Bancário, ou, havendo a necessidade de ingresso na via judicial, obrigo-me(amo-nos) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios judiciais à razão de 20%(vinte por cento) sobre o valor da dívida e das demais cominações legais decorrentes do feito.

4.2 – Obrigo-me(amo-nos), ainda, ao pagamento de toda e qualquer despesa relativa à cobrança da dívida ora contraída, devidamente atualizada.

5 - A EMITENTE poderá liquidar antecipadamente a dívida resultante da presente cédula, mediante redução proporcional dos juros.

5.1 – Para fins de cálculo do valor do presente em decorrência da liquidação antecipada de que trata o caput, será utilizada a taxa de juros pactuada na presente cédula.

5.2 – Fica expressamente estabelecido que, para liquidar antecipadamente a sua dívida nos termos da presente cláusula, a EMITENTE deverá, necessariamente, efetuar o pagamento integral das eventuais importâncias que se encontrem em atraso, compreendendo principal e encargos, inclusive moratórios.

6 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que a presente Cédula poderá ser declarada vencida, de pleno direito, e imediatamente exigível em sua totalidade, independentemente de qualquer aviso, notificação, interpelação e protesto, judiciais e extrajudiciais, e a dívida, no todo, será tida como vencida, nas formas previstas em Lei, nos seguintes casos:

- a) a falta de pagamento, na(s) respectiva(s) data(s) de vencimento, das obrigações contraídas em função desta Cédula de Crédito, inclusive seus encargos e acessórios;
- b) nas hipóteses dos artigos 333 e 1425, do Código Civil Brasileiro;
- c) se contra a minha(nossa) pessoa e/ou do(s) AVALISTA(S) e/ou do(S) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) houver qualquer protesto ou execução de títulos ou contratos, quer na condição de devedor principal, de avalista ou de fiador, ou ainda, se contra a minha (nossa) pessoa e/ou AVALISTA(S) e/ou do(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) for requerida ou decretada a falência ou insolvência, ou for proposta demanda que possa vir a causar a minha(nossa) insolvência, seja através de medida judicial ou extrajudicial que, a critério da COOPERATIVA, possa afetar a capacidade de pagamento da dívida ou suas respectivas garantias;
- d) houver modificação ou alteração, por força de lei ou de atos das autoridades financeiras, das normas que regem o presente título ou que com ele estejam relacionados direta ou indiretamente;
- e) no caso do meu(nosso) desligamento do quadro social da COOPERATIVA, na forma estatutária, a qualquer título (demissão, eliminação ou exclusão);
- f) depois de notificado(s) pela COOPERATIVA eu(nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou garantidor(es) não efetuar(mos) a substituição ou o reforço da garantia;
- g) na hipótese de denúncia unilateral;
- h) houver sentença condenatória, transitada em julgado, em razão de prática, por mim(nós) ou por qualquer um do(s) AVALISTA(S) ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), ou por pessoa física atuando como minha (nossa) administradora ou de qualquer um do(s) AVALISTA(S) ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou ainda crime contra o meio ambiente, bem como em caso de falsidade de declaração efetuada por mim (nós) neste sentido à COOPERATIVA;
- i) na ausência de renovação do seguro do bem financiado ou dado em garantia; e
- j) se houver infringência de quaisquer dos itens desta Cédula.

7 - O principal da dívida será pago na quantidade de parcelas informada no campo "12" do quadro "II" do preâmbulo, parcelas estas mensais e consecutivas, acrescidas dos encargos financeiros pactuados, de acordo com o cronograma descrito no campo "13" do quadro "II" do preâmbulo.

7.1 - O vencimento da parcela que ocorrer em sábados, domingos ou feriados, prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente.

8 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que a tolerância pela COOPERATIVA quanto ao exercício dos direitos que lhes asseguram esta Cédula de Crédito Bancário, não prejudicará o exercício destes, em época subsequente, ou em idêntica ocorrência posterior, nem criará quaisquer direitos que não os expressamente previstos neste título.

9 - O pagamento será efetuado na praça indicada no quadro III do preâmbulo.

10 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, a efetuar a débito de minha(nossa) conta depósitos de todas às parcelas relativas à presente Cédula, inclusive encargos de mora, acessórios, tarifas e despesas, inclusive de seguro prestamista, nos respectivos vencimentos, bem como nos casos de vencimento antecipado.

10.1 - O EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), ainda, declara(m) que ficou(aram) ciente(s) dos fluxos considerados no cálculo do Custo Efetivo Total (CET), bem como de que essa taxa anual representa as condições vigentes na data da assinatura deste instrumento.

10.2 - O valor do IOF informado no campo preâmbulo, foi obtido considerando-se a data de acolhimento ou alteração da proposta e a liberação do valor também indicados do preâmbulo (total da operação), como sendo a da assinatura deste instrumento. Não havendo coincidência entre a data da celebração deste contrato e a liberação do valor financiado, por qualquer motivo alheio à sua vontade, a COOPERATIVA ajustará o valor dos encargos e os recolherá aos cofres públicos nos termos e na forma da legislação em vigor, os quais poderão ser conferidos com os lançamentos na conta-corrente do cooperado, nada tendo, o último, a reclamar a este respeito.

10.3 – Declaro(amos) ter pleno conhecimento e autorizo(amos) o débito em minha(nossa) conta corrente dos valores discriminados no campo “8” do quadro “II” do preâmbulo, relativo ao ressarcimento das despesas decorrentes da prestação de serviços por terceiros.

11 - O crédito advindo da presente Cédula é líquido, certo e exigível na forma da Lei, pelo que a COOPERATIVA, a seu critério ou sempre que solicitada, emitirá o respectivo demonstrativo de cálculo, para fins de demonstrar o valor devido.

12 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar, sempre que julgar conveniente, qualquer saldo credor existente, em meu(nosso) nome para pagamento parcial e/ou total das dívidas por mim(nós) assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

12.1 – O(s) Avalista(s) autoriza(m) a COOPERATIVA, em caráter irrevogável e irretratável, independente de qualquer aviso, a utilizar o saldo que encontrar depositado em quaisquer contas por eles titularizadas perante a COOPERATIVA, para amortização parcial ou liquidação do débito apurado com base nesta Cédula de Crédito Bancário, no caso de impontualidade no pagamento das prestações.

13 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder à compensação, definida pelo artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre o meu(nosso) débito, representado pelo meu(nosso) saldo devedor e eventuais créditos vencidos e vincendos que eu(nós) tenha(mos) ou venha(mos) a ter para com a COOPERATIVA, representados por títulos e valores mobiliários, Títulos de Crédito, contratos de mútuo e repasse, Certificados e Recibos de Depósito Cooperativo e Bancário, além de saldos em conta-corrente, investimentos e afins, resultados societários como sobras, juros e saldos de capital e quaisquer outros haveres societários.

13.1 – A compensação de que trata o presente item far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, tão somente mediante os competentes lançamentos contábeis e ocorrerá sempre que qualquer prestação pecuniária deixar de ser por mim(nós) cumprida(s).

13.2 – Autorizo(amos), ainda, a COOPERATIVA a proceder, em caso de meu (nosso) desligamento do seu quadro social, à compensação prevista no artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre o valor total de meu(nosso) débito, oriundo deste título e de demais operações realizadas com COOPERATIVA e meu(nosso) crédito, oriundo das quotas-partes de minha(nossa) titularidade junto à COOPERATIVA, além de qualquer outro porventura existente.

13.3 – Em sendo realizada a compensação citada no item anterior, a minha(nossa) responsabilidade junto à COOPERATIVA perdurará até a aprovação das contas relativas ao exercício em que se deu meu(nosso) desligamento do seu quadro social.

14 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que poderei firmar seguro prestamista com qualquer instituição regulamentada para garantia da obrigação prevista na presente Cédula, em favor da COOPERATIVA, sem prejuízo das demais garantias.

15 - Em caso de inadimplência, por prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias, independentemente de terem sido ou não protestadas ou sofrido quaisquer tipo de anotações judiciais, autorizo(amos) a COOPERATIVA a encaminhar meu(nossos) nome(s) e demais dados ao SERASA e a outras instituições de proteção ao crédito que, para a útil e necessária avaliação de crédito, poderá complementá-los com informações cadastrais obtidas perante outras instituições, bem como autorizo a COOPERATIVA a efetuar a consulta de meus dados e registros arquivados na CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO do BANCO CENTRAL DO BRASIL ou instituição que mantenha serviços desta natureza, bem como que utilize essas informações visando a elaboração de cadastro, estudos atinentes à concessão de crédito, empréstimos e afins. Autorizo, também, que a COOPERATIVA envie informações atinentes às minhas operações realizadas com a mesma, a fim de compor(em) o banco de dados da CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO, na forma da regulamentação em vigor, salientando, ainda, que a pesquisa e/ou a remessa de dados não importa em violação as normas e leis vigentes.

16 - O(s) AVALISTA(S) desta cédula comparece(m), também neste ato, na condição de devedor(es) solidário(s), anuindo, expressamente, ao ora convencionado, responsabilizando-se solidária e incondicionalmente com a EMITENTE, de maneira irrevogável e irretratável, pela total e integral liquidação do débito, compreendendo principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, despesas e demais cominações indicadas no presente instrumento, confirmando e reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível, solidariamente obrigados ao pagamento da dívida contraída por força desta cédula, dívida esta que confessam e reconhecem

como líquida e certa.

17 - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que correrão por minha(nossa) exclusiva conta todas e quaisquer despesas, seja de que natureza forem, que incidam ou venham a incidir, em decorrência da operação presente nesta Cédula de Crédito Bancário, bem como as relativas à segurança, regularização ou conservação do direito creditório da COOPERATIVA representado nesta Cédula e eventuais aditivos, ratificações, retificações e contratos vinculados à presente Cédula.

17.1 – Serão de responsabilidade minha(nossa) e/ou do(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) todos e quaisquer ônus decorrentes do registro e averbações, bem como os encargos pela manutenção dos bens dados em garantia, sendo que isso tudo, desde já, autorizo seja providenciado pela COOPERATIVA.

18 - Eu (nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), obrigo(amo)-me(nos) a não manter em nossos estabelecimentos nem contratar terceiros que façam uso de práticas que importem em qualquer forma de discriminação, assédio moral ou sexual, trabalho infantil e trabalho escravo. Eu (nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), obrigo(amo)-me(nos) a: (i) cumprir o disposto na legislação referente às Políticas Nacionais do Meio Ambiente/Socioambientais, adotando medidas e ações destinadas a evitar e/ou corrigir danos socioambientais, (ii) manter, no que couber, suas obrigações em situação regular junto a todos órgãos do poder público, inclusive com a obtenção de todos os alvarás, licenças, certificados e autorizações exigidos pela legislação vigente para o exercício da sua atividade empresarial, (iii) comunicar à COOPERATIVA qualquer situação ou verificação de não conformidade em que esteja eventualmente envolvido, referente à legislação socioambiental em vigor. Eu (nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) assumo(imos) a responsabilidade perante a COOPERATIVA por qualquer ônus ou responsabilidade que a este venha ser imputado pelos órgãos competentes em virtude da utilização dos créditos concedidos em atividades contrárias ao disposto nesta Cláusula.

18.1 – Eu (nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaro(amos) que os recursos decorrentes desta Cédula não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente as normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional do Meio Ambiente. A COOPERATIVA poderá fiscalizar o cumprimento de todos os compromissos assumidos nessa Cláusula pelo(s) EMITENTE(S), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), sem prejuízo dos demais direitos previstos neste instrumento.

18.2 – Eu (nós), o(s) AVALISTA(S) e/ou o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaro(amos) ainda conhecer que a COOPERATIVA possui Políticas, Diretrizes e Programas de Sustentabilidade Social e Ambiental, e que a COOPERATIVA lhe concedeu acesso ao material editado pelo Sistema Unicred acerca do assunto, incluindo, mas não se limitando, cartilhas, manuais, dicas e orientações.

19 - Autorizo(amos) a COOPERATIVA a ceder, transferir ou alienar a terceiros, em qualquer época, no todo ou em parte, os direitos creditórios decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, inclusive a(s) garantia(s) que for(em) prestada(s) ocasião em que o cessionário, instituição financeira ou não, ficará sub-rogado nos direitos da COOPERATIVA oriundos deste título.

20 - O EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), declaram ter pleno conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013, de maneira que, para execução da presente Cédula, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob pena de responder por todos os danos causados que vier a dar causa em decorrência da não observação das obrigações aqui descritas, sem prejuízo do vencimento antecipado da operação.

21 - O(s) EMITENTE(S) e o(s) AVALISTA(S)/TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaram, para os fins de direito e das normas em vigor, em especial a Resolução nº 3.694/2009, editada pelo Banco Central do Brasil, que tiveram prévio acesso a todos os termos, cláusulas e condições desta Cédula especialmente as que se referem a prazo, valores negociados, taxas de juros, de mora e de administração, encargos moratórios, multas, formas de liquidação antecipada e de rescisão. Declaram

ainda, que concordam com todas as cláusulas e condições, dando pleno aceite e validade do negócio a ser realizado. Declaram por oportuno, que receberam cópia integral (segunda via não negociável), da referida Cédula formalizada, nesta data.


22 - Esta cédula é firmada na quantidade de vias indicada no quadro III do preâmbulo, sendo somente a via da COOPERATIVA negociável.

23 - Declaro(amos), que o foro de discussão da presente Cédula de Crédito Bancário será o da praça de pagamento, indicada no preâmbulo do presente instrumento.

EMISSÃO: Campo Bom, 03/10/2022


DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA
CNPJ: 03.880.277/0001-44

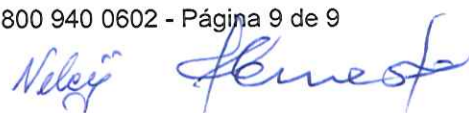



AVALISTAS: JOSE ERNESTO MENTZ
CPF: 062.369.870-68




CÔNJUGE ANUENTE: NELCY MENTZ
CPF: 378.251.860-87





CET - CUSTO EFETIVO TOTAL

1 - Dados da Proposta		
Conta	Nome do(a) Cooperado(a)	Proposta de Crédito
377830	DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA	2022070322
Encargos Financeiros		
Taxa de Juros Mensal	Taxa de Juros Anual	Indexador
1,51 %	19,70 %	CDIPAD - CDI PADRAO UBR
FLUXO DE PAGAMENTOS CONSIDERANDO OS VENCIMENTOS A SEGUIR		
Vencimento da 1ª Parcela		Vencimento da Última Parcela
12/11/2022		12/10/2024
CET - Custeio Efetivo Total - (% a.m.)		CET - Custeio Efetivo Total - (% a.a.)
1,82%		24,48%
DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES		
	R\$	%
Valor solicitado:	R\$ 125.000,00	-
Valor financiado:	R\$ 127.063,41	-
Taxa de Juros:	-	1,51 % a.m 19,70 % a.a
Quantidade de parcelas:	24	-
Valor da 1ª parcela:	R\$ 7.224,01	-
Valor total das parcelas:	R\$ 173.376,24	-
a) valor total devido do empréstimo ou financiamento no ato da contratação:	R\$ 129.563,41	-
b) valor liberado ao cooperado ou vendedor:	R\$ 122.500,00	94,55%
c) despesas vinculadas à concessão do crédito:	R\$ 4.563,41	3,52%
c1) outras despesas:	R\$ 2.500,00	1,93%

Nelcio *James*

c2) IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	R\$ 2.063,41	1,59%
--	---------------------	--------------

2 - Observações

O Custo Efetivo Total - CET correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e suas condições estão determinadas através da Resolução 4.881 de 23/10/2020 de Banco Central do Brasil.

No cálculo do CET são consideradas as informações constantes no quadro acima.

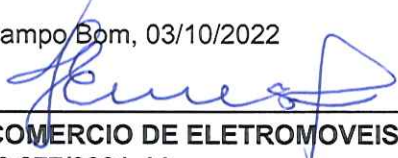
O cálculo do CET é obtido através da função financeira conhecida como TIR - Taxa Interna de Retorno. O CET deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros contratados pela instituição, inclusive quando essas despesas forem objeto de pagamento.

No cálculo do CET não são considerados taxas flutuantes, índice de preços ou outros referenciais de remuneração cujo se altere no decorrer do prazo da operação, os quais devem ser divulgados junto com o CET.

O(a) solicitante declara ter conhecimento das condições apresentadas e que as mesmas são válidas para contratações nesta data.

3 - Data e Assinaturas

EMISSÃO: Campo Bom, 03/10/2022


DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA
CNPJ: 03.880.277/0001-44



Evento 47

Evento:

PETICAO

Data:

28/02/2023 16:09:05

Usuário:

RS111867 - CESAR AUGUSTO RITTER CARRERA - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

47

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL
EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO/RS**

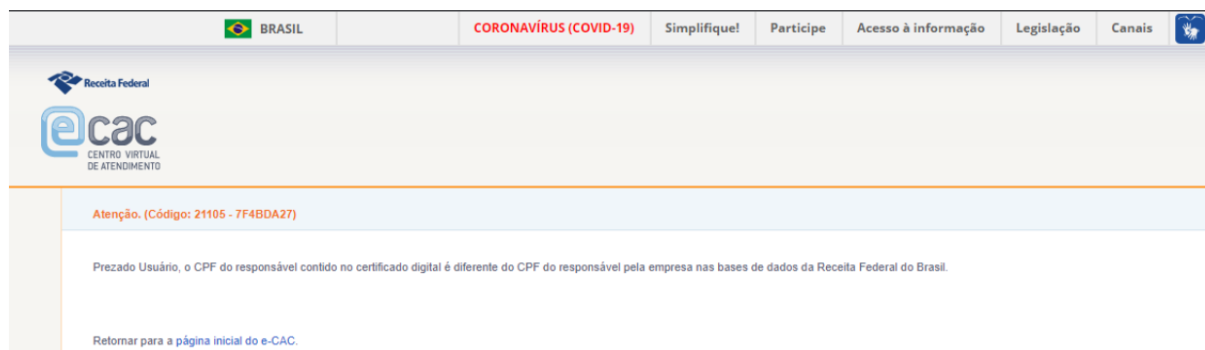
PROCESSO N. 5002260-43.2023.8.21.0019

URGENTE

DIEMENTZ COMÉRCIO DE ELETROMÓVEIS LTDA., devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por intermédio de seus procuradores signatários, perante Vossa Excelência, dizer e requerer o que segue:

Inicialmente, cientifica-se acerca da decisão proferida ao evento 17, oportunidade em que deferido o processamento da recuperação judicial da autora, trazendo algumas determinações judiciais e, dentre elas, a expedição de ofício à Junta Comercial do Estado do RS e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para a anotação nos registros correspondentes.

Ocorre que, ao receber o comunicado acerca da referida decisão, através do ofício 10032954159 (evento 30), a Secretaria Especial da Receita federal, equivocadamente, entendeu por alterar o cadastro no e-CAC, modificando o CPF do sócio da empresa para fins de acesso, conforme verifica-se:



Acredita-se que, muito provavelmente, ao receber cópia da sentença de deferimento do processamento da recuperação judicial, o responsável pode, equivocadamente, ter procedido com a alteração do CPF de acesso do sócio para o CPF da administração judicial.

Diante do ocorrido, a empresa se encontra impedida de fazer consultas no sistema da RFB, assim como, realizar a entrega das obrigações acessórias da empresa, as quais, inclusive, possuem vencimento para a data de hoje (28/02).

Diante disso, pugna-se, urgentemente, pela expedição de ofício ao referido órgão, no intuito de determinar a correção do equívoco ocorrido, viabilizando o acesso da empresa ao sistema em comento.

ANTE O EXPOSTO, requer digno-se Vossa Excelência seja determinada expedição de novo ofício à Secretaria Especial da Receita federal, solicitando a modificação no cadastro da empresa **DIEMENTZ COMÉRCIO DE ELETROMÓVEIS LTDA**, mantendo o CPF do sr. José Ernesto Menz como responsável da empresa para acesso ao sistema do e-CAC.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Alegre, RS, 28 de fevereiro de 2023.

Adv. CESAR CARRERA
OAB/RS 111.867

Evento 48

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

28/02/2023 16:34:39

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

48

Evento 49

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

28/02/2023 17:23:48

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

49



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5002260-43.2023.8.21.0019/RS

AUTOR: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA

AUTOR: COMERCIO DE SALVADOS PORTAO LTDA - EPP

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Versa o presente sobre a recuperação judicial de DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA e outra.

Deferido o processamento parcial do pedido, com a exclusão da postulante Comércio de Salvados Portão Ltda, por carência de ação, a decisão encontra-se no prazo de recurso.

Não obstante, aportaram aos autos pedidos urgentes que merecem apreciação.

As informações do Estado do RS sobre o passivo fiscal, alegadamente impeditivo da concessão da recuperação judicial serão examinadas quando e se aprovado o Plano de Recuperação ainda sequer apresentado, seja por aprovação tácita, seja pela votação dos credores em assembleia. A arguição da matéria é, portanto, precipitada. Ainda que interesse aos credores concursais a ciência do passivo extraconcursal, por ora, apenas junte-se cópia da manifestação do Estado do RS do evento 42, PET1 e seus anexos no incidente 5002549-73.2023.8.21.0019.

Ciência à devedora, ao Estado do RS e à Administração.

O requerimento de exclusão da lista de credores sujeitos à recuperação judicial, formulada nos próprios autos pela UNICRED REGIÃO DOS VALES (evento 44, PET1) não merece apreciação judicial, posto que o feito se encontra na fase de verificação administrativa dos créditos sujeitos, devendo a inconformidade ser apresentada ao Administrador Judicial, na forma e no prazo definidos no item 15 da decisão deferitória do processamento do pedido. Somente na hipótese de rejeição administrativa da impugnação ou divergência, porventura mantido o crédito na relação do art. 7º, §2º, poderá a requerente judicializar a questão na forma de incidente apenso.

Cadastre-se e intime-se a Unicred.

Ao restante, diante das considerações ora trazidas pela Recuperanda em sua manifestação do evento 47, no sentido de que a Secretaria Especial da Receita Federal, equivocadamente, entendeu por alterar o cadastro no e-CAC, modificando o CPF do sócio da empresa para fins de acesso, trocando-o pelo CPF do Administrador Judicial, conforme ilustrativo da página do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal feito na referida petição, impedindo, assim, a empresa, por seu Representante legal, de “*ter acesso e fazer consultas*

*no sistema da RFB, assim como, realizar a entrega das obrigações acessórias da empresa”, determino seja solicitado ao referido Órgão, a **imediata modificação no cadastro da empresa DIEMENTZ COMÉRCIO DE ELETROMÓVEIS LTDA., mantendo o CPF do seu Representante Legal, Sr. JOSÉ ERNESTO MENZT (CPF nº 062.369.870-68), como o responsável da empresa para acesso ao sistema do e-CAC.***

Agrego ao presente despacho o valor de ofício, a fim de que a própria parte possa providenciar no seu encaminhamento direto ao Órgão destinatário.

Intimem-se, inclusive, a Administração Judicial.

Prossiga-se.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 28/2/2023, às 17:23:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10033613153v4** e o código CRC **d72773e7**.

5002260-43.2023.8.21.0019

10033613153 .V4

Evento 50

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

28/02/2023 17:23:49

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

50

Administrador:

Davi Válter dos Santos

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

02/03/2023 00:00:00

Data Final:

08/03/2023 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Evento 51

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

28/02/2023 17:23:49

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

51

Autor:

DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA

Prazo:

5 Dias

Status:

ABERTO

Data Inicial:

13/03/2023 00:00:00

Data Final:

17/03/2023 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

CESAR AUGUSTO RITTER CARRERA

Evento 52

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

28/02/2023 17:23:49

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

52

Intimado:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

13/03/2023 00:00:00

Data Final:

17/03/2023 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

EDUARDO WEIRICH, LUCIANA NEVES MÜLLER ODY, VICTOR HERZER DA SILVA

Evento 53

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____EVENTO_45____EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_IM

Data:

28/02/2023 18:09:10

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

53

Evento 54

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____EVENTO_46____EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_IM

Data:

28/02/2023 18:09:19

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

54

Evento 55

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___19

Data:

01/03/2023 20:18:18

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

55



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO-RS:

PROCESSO: 5002260-43.2023.8.21.0019

BECKER & SANTOS ADVOGADOS, sociedade de advogados nomeada para administração judicial nos autos do processo de recuperação judicial de **DIEMENTZ COMÉRCIO DE ELETROMÓVEIS LTDA.**, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, manifestar-se nos seguintes termos:

1. Da aceitação da nomeação:

Inicialmente, em atenção à decisão do Evento 17, esta sociedade de advogados manifesta concordância com a nomeação procedida, externando, uma vez mais, que empreenderá os melhores esforços para o bom e regular andamento do presente processo, atendendo integralmente às disposições da Lei 11.101/05.

2. Da publicação dos principais andamentos e atos aos credores e demais interessados:

Em atenção à deliberação judicial, reforça-se que os credores e interessados poderão acessar as principais informações e o próprio relatório mensal de atividades diretamente no site www.beckeresantos.com.br, na aba denominada



“Administração Judicial”, de modo a facilitar a compreensão de todos e evitar possíveis tumultos processuais desnecessários.

Ainda, que os credores poderão utilizar do e-mail contabil@beckeresantos.com.br para enviarem suas habilitações ou divergências durante a fase extrajudicial de verificação de créditos.

Por último, se colocar novamente à disposição desse Douto Juízo para o que for necessário ao bom andamento do presente processo.

Novo Hamburgo-RS, 1.º de março de 2023.

BECKER & SANTOS ADVOGADOS

DAVI VÁLTER DOS SANTOS

OAB/RS 69.307

Evento 56

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___50

Data:

01/03/2023 20:18:39

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

56

Evento 57

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO____REFER____AO_EVENTO__50

Data:

01/03/2023 20:18:40

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

57

Evento 58

Evento:

PETICAO

Data:

10/03/2023 16:36:57

Usuário:

RS047543 - TIAGO LUNARDI ALVES - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

58


PROCURAÇÃO

Outorgante(s): **MÓVEIS CARRARO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Bento Gonçalves/Rio Grande do Sul, na Rua Rua Nelson Carraro, nº 2001, bairro Santo Antônio, CEP nº 95702-798, inscrita no CNPJ nº 87.548.814/0001-43, representada nesse ato pelo Sr. Juliano Lazzarotto, CPF nº 693.125.910-53, nos termos de seus atos constitutivos.

Outorgados: **Adv. José Décio Dupont** - OAB/RS nº 7.737 e OAB/SP sob nº 348.299, CPF nº 008.014.960-04; **Adv. Gilberto Antônio Spiller** - OAB/RS nº 6.784 e OAB/SP sob nº 348.294, CPF nº 005.678.250-00; **Adv. Alessandro Spiller** - OAB/RS nº 37.848 e OAB/SP sob nº 348.773, CPF nº 486.478.290-34; **Adv. Ronei Giacomoni** - OAB/RS nº 44.955 e OAB/SP sob nº 348305, CPF nº 884.566.500-30; **Adv. Guilherme Spiller** - OAB/RS nº 68.572 e OAB/SP sob nº 348.296, CPF nº 978.207.680-53; **Adv. Leandro José Caon** - OAB/RS nº 52.820 e OAB/SP sob nº 348.300, CPF nº 686.597.170-15; **Adv. Tiago Lunardi Alves** - OAB/RS nº 47.543 e OAB/SP sob nº 348.764, CPF nº 745.813.500-00; **Adv. Bárbara Ravanello** - OAB/RS nº 59.662 e OAB/SP nº 438.125, CPF nº 951.285.650-68; **Adv. Marcelo Bento de Oliveira** - OAB/SP nº 159.137, CPF nº 170.284.628-89; **Adv. José Cláudio Gravina Fadanelli** - OAB/RS nº 56.316 e OAB/RJ nº 212.686, CPF nº 802.026.830-87; **Adv. Keila Reichert** - OAB/RS nº 56.568 e OAB/SC nº 50.992, CPF nº 954.954.950-04; **Adv. Jonathan Piva de Almeida** - OAB/RS nº 82.314 e OAB/SP sob o nº 418.893, CPF nº 008.562.240-06; **Adv. Ricardo Abel Guarnieri** - OAB/RS nº 53.551, OAB/SP sob nº 348.304, e OAB/RJ sob nº 206.794, CPF nº 803.149.370-72, **Adv. Gabriel Fontanive Dupont** - OAB/RS nº 99.538 e OAB/SP sob nº 414.836, CPF: 003.148.660-60, **Adv. Fábio Stefani** - OAB/RS nº 61.006 e OAB/SP nº 437.727, CPF: 936.786.570-87, todos brasileiros, advogados, os doze primeiros casados, os três últimos, solteiros, profissionais integrantes do escritório - **DUPONT SPILLER FADANELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB/RS nº 61**, CNPJ nº 89.435.531/0001-10, estabelecido na Rua Parnaíba, nº 847, bairro São Bento, Bento Gonçalves/RS, na Av. Praia de Belas, nº. 1212, conj. 421, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/ RS; na Rua Plácido de Castro, 1063, Sala 1005, Bairro Exposição, Caxias do Sul/RS e na Rua Funchal, nº 411, 4º andar, sala 25, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, com endereço eletrônico: publicacoes@dsfadvogados.com.br.

Poderes e Fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o(s) outorgante(s) nomeia(m) e constituem os outorgados supra qualificados, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, como seus bastantes procuradores em qualquer comarca, instância ou tribunal para representá-lo(s) perante qualquer repartição pública, ficando os mesmos investidos nos poderes gerais para o foro, previstos no art. 105 do C.P.C., bem como nos especiais para acordar, variar, firmar compromisso, arrestar, sequestrar, receber bens ou quantias, receber, dar quitação, transigir, receber e sacar alvarás, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, suscitar exceções e substabelecer. Ainda, são conferidos poderes específicos para o ato da Assembleia Geral de Credores, com fins de participar, deliberar/votar, seja em relação ao Plano ou outras matérias que sejam postas à votação, ficando autorizado a exercer o direito de voz e voto pela outorgante junto ao processo de **Recuperação Judicial da empresa Diementz Comercio de Eletromóveis Ltda e Comercio de Salvados Portão Ltda nº 5002260-43.2023.8.21.0019**, em trâmite perante a Vara Empresarial da comarca de Novo Hamburgo/Rio Grande do Sul. Os(As) outorgados(as) poderão substabelecer os poderes aqui conferidos, com ou sem reserva.

Bento Gonçalves/RS, 08 de março de 2023.


JULIANO LAZZAROTTO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
MÓVEIS CARRARO LTDA - MATRIZ

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUÍZO DA VARA
REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO

PROCESSO Nº 50022604320238210019

MÓVEIS CARRARO LTDA – MATRIZ, pessoa jurídica de direito privado e/ou sociedade limitada, com sede em Bento Gonçalves/Rio Grande do Sul, na Rua Nelson Carraro, nº 2001, bairro Santo Antônio, CEP nº 95702-798, inscrita no CNPJ nº 87.548.814/0001-43, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores, nos autos da presente ação de Recuperação Judicial promovida por **DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA**, dizer e requerer o que segue:

A peticionante é credora da empresa Recuperanda e terceira interessada a este feito, pelo que requer a juntada de seus documentos de representação, bem como o cadastramento de seus procuradores para o recebimento e acompanhamento das intimações decorrentes destes autos.

REQUER, por fim, que todas as intimações sejam encaminhadas exclusivamente em nome do advogado **TIAGO LUNARDI ALVES, OAB/RS 47.543**, sob pena de nulidade processual.

Nesses termos, pede e espera deferimento.
Bento Gonçalves, RS, 10 de março de 2023.

Tiago Lunardi Alves
OAB/RS 47.543

Juliana Pereto
OAB/RS 75.500

www.dsfadogados.com.br

BENTO GONÇALVES • RS

95703-118
R. Parnaíba, 847
B. São Bento
+55 (54) 3449-4900

CAXIAS DO SUL • RS

95084-370
R. Plácido de Castro,
1063 sl. 1005 B. Exposição
+55 (54) 3221-0942

PORTO ALEGRE • RS



90110-000
Av. Praia de Belas, 1212
Conj. 421 B. Praia de Belas
+ 55 (51) 3312-4349

SÃO PAULO • SP

04551-060
R. Funchal, 411 4º andar,
Sala 25 B. Vila Olímpia
+ 55 (11) 4506-3133

FLORIANÓPOLIS • SC

88032-005
Associação Catarinense
de Tecnologia – ACATE
+ 55 (48) 98808-2281

 <div>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 43206429547	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO				
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul				
Nome: MOVEIS CARRARO LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			<div>Nº FCN/REMP</div>  <div>RSN2315000738</div>	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		025	1	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
BENTO GONCALVES Local 19 Janeiro 2023 Data		Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL				
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA				
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO __/__/____ Data Responsável			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO __/__/____ Data Responsável	
Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável				
DECISÃO SINGULAR				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
			____/____/____ Data	_____ Responsável
DECISÃO COLEGIADA				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
Presidente da _____ Turma				
OBSERVAÇÕES				



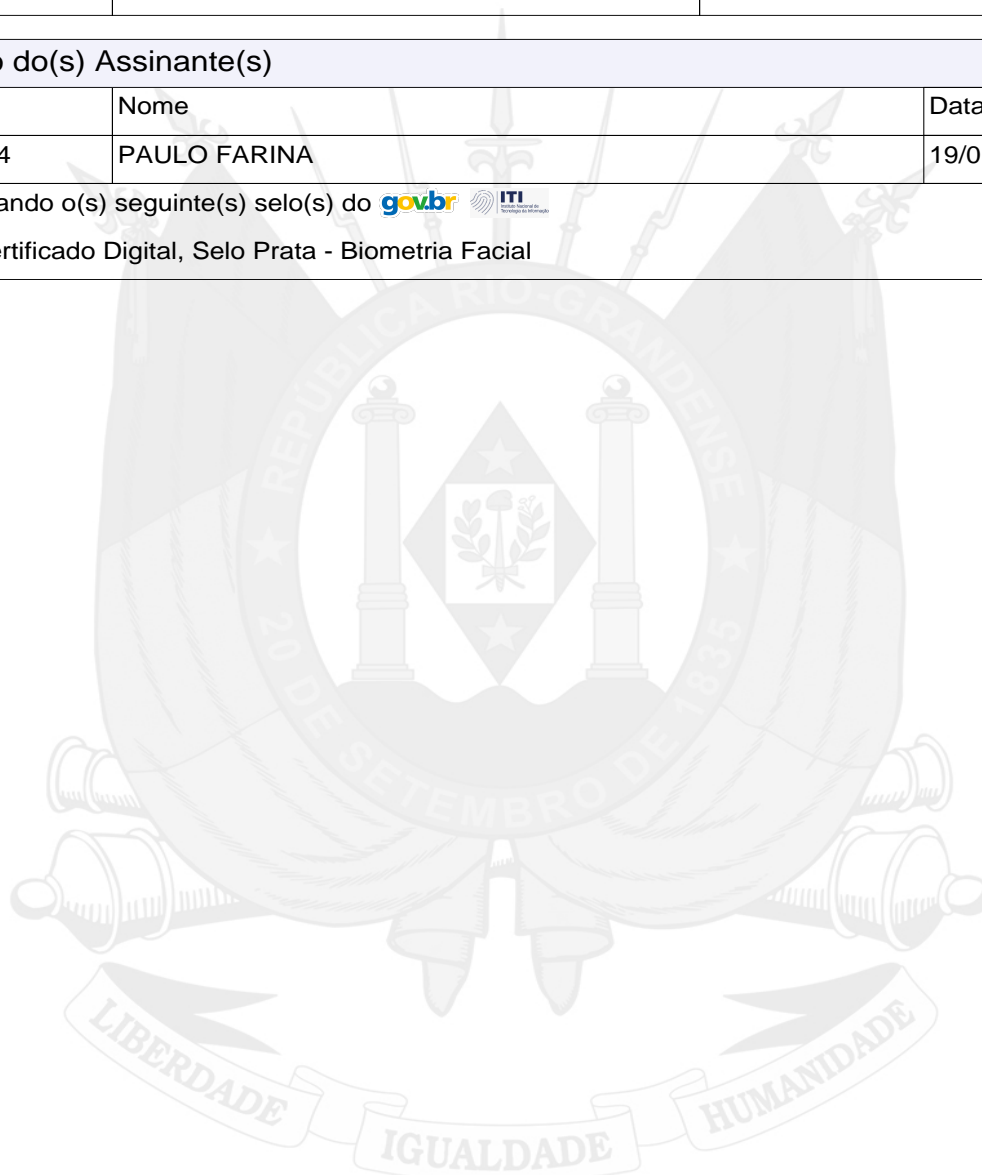
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/006.688-7	RSN2315000738	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
237.926.710-34	PAULO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8675821 em 19/01/2023 da Empresa MOVEIS CARRARO LTDA, CNPJ 87548814000143 e protocolo 230066887 - 09/01/2023. Autenticação: 3481189C4B49FAC43FE631546B24CEB41B7AE75. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/006.688-7 e o código de segurança FPxt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSE TADEU JACOBY
SECRETARIO-GERAL

MÓVEIS CARRARO LTDA.

CNPJ nº 87.548.814/0001-43 NIRE 43206429547

VIGÉSIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

Todeschini SA. Indústria e Comércio, sociedade empresária com sede na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP: 95700-834, inscrita no CNPJ/MF sob nº 87.547.170/0001-79 e NIRE 43300001431, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 31/10/1939; representada por seus diretores (1) Paulo Farina, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 237.926.710-34, carteira de identidade nº 3017860002, expedida pela SSP/RS, domiciliado na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP: 95700-834 e (2) Virginia Jaqueline Farina, brasileira, casada, analista de sistemas, domiciliada na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP: 95700-834, inscrita no CPF sob nº 550.906.990-20, portadora da Cédula de Identidade expedida pela SSP/RS sob nº 5032558231.

Jolo Empreendimentos e Negócios Imobiliários Ltda., com sede na Rua Cavalheiro Horácio Mônaco, nº 29, sala 13, Bairro Centro, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-050, inscrita no CNPJ/MF sob nº 89.804.132/0001-80 e NIRE nº 43200065811, neste ato representada por seu Diretor Ricardo Farina, brasileiro, domiciliado na Alameda Todeschini, 370, bairro Verona, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834, inscrito no CPF sob nº 383.771.870-00, portador da cédula de identidade expedida pela SJS/II/RS sob nº 3027609589.

Sócios que compõem a sociedade empresária limitada **“MÓVEIS CARRARO LTDA.”**, com sede na Rua Nelson Carraro, 2001, Bairro Santo Antônio, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95702-798, inscrita no CNPJ sob nº 87.548.814/0001-43, NIRE 43206429547, com instrumento de constituição social arquivado na MM. JUCERGS, na data de 07/07/2009, sob nº 3153022, e alterações contratuais arquivadas na MM. JUCERGS em 11.05.2012, sob nº 3626966; em 28.07.2015 sob nº 4142058; em 31/03/2016 sob nº 4255137; em 27/10/2016 sob nº 4355137; em 18/04/2017 sob nº 4433856; 10/04/2018 sob nº 4655303; 29/10/2018 sob nº 4876485; 15/03/2019 sob nº 4983534; 25/04/2019 sob nº 5017854; 13/09/2019 sob nº 5137585; 24/10/2019 sob nº 5170321; 13/12/2019 sob nº 5227806; 16/01/2020 sob nº 5268126 e 13/07/2020 sob nº 7252687; 17/01/2021 sob nº 7517273; 23/05/2022 sob nº 8296793 e 21/12/2022 sob nº 8613202, nos termos da presente alteração, de comum acordo e por unanimidade de votos resolvem alterar e consolidar o contrato social na forma que segue:

I - Baixa da filial nº 03, situada na Alameda Todeschini, nº 370 – Núcleo Carraro, Bairro Verona, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834, CNPJ: 87.548.814/0009-09, NIRE: 43901827326.

II – Consolidação Social.

DA ALTERAÇÃO

Cláusula 3ª. - Da Sede Social

A sociedade tem sua sede na cidade de Bento Gonçalves, RS, na Rua Nelson Carraro, 2001, Bairro Santo Antônio, CEP 95702-798, CNPJ nº 87.548.814/0001-43, NIRE: 43206429547; filial nº 01 na Estrada do Vinho (RST 444) nº 1371, Vale dos Vinhedos, Bairro Vinosul, cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95711-000, CNPJ nº 87.548.814/0005-77, NIRE: 43900394671; filial nº 05 na Rua Fortaleza, nº 862 C, Bairro Botafogo, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-580, CNPJ 87.548.814/0011-15, NIRE 43902011257; filial nº 07, localizada na Estrada do Capão Bonito, nº 1181, Sala 05, Jardim Maria de Lourdes na cidade de Guarulhos, SP, CEP 07263-010, CNPJ 87.548.814/0013-87, NIRE 35920161820.

CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

Em vista das modificações ora ajustadas, os sócios consolidam o instrumento contratual anterior, passando a sociedade a reger-se pelas cláusulas e disposições adiante e nas omissões será regida pela



legislação específica que disciplina essa forma societária, e supletivamente aplicam-se no que couberem, as disposições legais da Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6404/76).

Cláusula 1ª. - Da Denominação Social

A Sociedade adota o tipo jurídico de sociedade empresária limitada, como regulada nos arts. 1.052 a 1.087 do Código Civil, e atuando sob a denominação social de **MÓVEIS CARRARO LTDA.** Subsidiariamente as disposições do Contrato Social e das disposições do Código Civil de 2002, aplicam-se as disposições da Lei nº 6.404/76.

Cláusula 2ª. – Dos Objetos Sociais

A sociedade tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis, bem como acessórios para o mobiliário, e a prestação de serviços e intermediação de negócios.

Cláusula 3ª. - Da Sede Social

A sociedade tem sua sede na cidade de Bento Gonçalves, RS, na Rua Nelson Carraro, 2001, Bairro Santo Antônio, CEP 95702-798, CNPJ nº 87.548.814/0001-43, NIRE: 43206429547; filial nº 01 na Estrada do Vinho (RST 444) nº 1371, Vale dos Vinhedos, Bairro Vinosul, cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95711-000, CNPJ nº 87.548.814/0005-77, NIRE: 43900394671; filial nº 05 na Rua Fortaleza, nº 862 C, Bairro Botafogo, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-580, CNPJ 87.548.814/0011-15, NIRE 43902011257; filial nº 07, localizada na Estrada do Capão Bonito, nº 1181, Sala 05, Jardim Maria de Lourdes na cidade de Guarulhos, SP, CEP 07263-010, CNPJ 87.548.814/0013-87, NIRE 35920161820.

Podendo, ainda, constituir e encerrar, agências, filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional e exterior obedecendo às disposições legais vigentes, e os termos deste contrato.

Cláusula 4ª. – Do Prazo de Duração da Sociedade

A sociedade terá duração por prazo indeterminado.

Cláusula 5ª. – Do Capital Social

O capital social é de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais). Este capital está dividido em 37.000.000 (trinta e sete milhões) de quotas indivisíveis, sendo que cada quota tem o valor unitário de R\$ 1,00(um real), e distribuídas na sociedade da seguinte forma:

SÓCIOS QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR DAS QUOTAS EM R\$	%
TODESCHINI SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	36.630.000	36.630.000,00	99%
JOLO EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	370.000	370.000,00	1%
	37.000.000	37.000.000,00	100%

Parágrafo Único. As quotas subscritas são totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional.

Cláusula 6ª. – Da Administração da Sociedade, Seus Poderes e Atribuições



A administração da sociedade será exercida pelos Diretores: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo/Financeiro e Diretor Comercial os quais serão escolhidos pelos sócios.

Eleitos para a administração da sociedade, com a designação de Diretor Presidente, o Senhor **PAULO FARINA**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº. 237.926.710-34, carteira de identidade nº. 3017860002, expedida pela SSP/RS, domiciliado na Rua Nelson Carraro, 2001, Bairro Santo Antônio, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95702-798; e Diretor Administrativo/Financeiro, o Senhor **JULIANO LAZZAROTTO**, brasileiro, casado, administrador, CPF 693.125.910-53, RG 3026995153, expedida pela SJS/RS domiciliado na Rua Nelson Carraro, 2001, Bairro Santo Antônio, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95702-798.

A sociedade será administrada por até 3 (três) administradores, sócios ou não, os quais, isoladamente ou em conjunto de 2 (dois), conforme adiante disciplinado, farão uso da firma e a representarão ativa passiva, judicial ou extrajudicialmente, e que desde já ficam investidos de amplos e gerais poderes de administração que a lei e este instrumento lhes conferem para assegurar o completo regular funcionamento da sociedade, podendo, para este fim, praticar todos os atos e operações necessárias à consecução do objeto social e para o fiel desempenho do mandato, bem como nomear procuradores com esses mesmos poderes, e, em especial a representação perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais, ministérios, secretarias, departamentos e autarquias, e, ainda, a representação em todo e qualquer documento referente à certificação digital da sociedade e de seus administradores (e-CPF, e-CNPJ, certificado digital NF-E e outros), especialmente frente à Receita Federal do Brasil e Serasa Experian.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para alienar, onerar, permutar, ceder ou comprometer bens imóveis da sociedade, esta deverá estar representada por dois Diretores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para emissão, assinatura, aceite e endosso de letras de câmbio e de notas promissórias, a sociedade também será representada por 2 (dois) diretores.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É vedado aos diretores a prestação de garantias à obrigação de terceiros, em operações estranhas aos interesses sociais.

Cláusula 8ª. – Deliberação dos Sócios

Nos termos do art. 1.061 do CCB, a nomeação de administrador não sócio, uma vez integralizada a totalidade do capital social, dependerá da aprovação de no mínimo dois terços (2/3) do capital social.

Nos termos do art. 1.076 do CCB, as deliberações, relativas às matérias a seguir enumeradas, serão tomadas pelo voto correspondente a, no mínimo, três quartos (3/4) do Capital Social:

- i) Modificação do Contrato Social;
- ii) A incorporação, a fusão e a dissolução desta sociedade;
- iii) O início do processo de liquidação assim como a cessação do estado de liquidação;
- iv) Pedido de falência.

Dependerão de aprovação de sócios representativos de, no mínimo, mais da metade do Capital Social, as deliberações tendentes a:

- i) Discutir, votar e aprovar as contas prestadas pelos administradores, assim como, deliberar e aprovar o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis e financeiros que o acompanham; e, sendo o caso, tomadas as contas do conselho fiscal.
- ii) Discutir e deliberar sobre a destinação dos lucros do exercício, assim como a sua distribuição e constituição de reservas;
- iii) Eleger os administradores; e no caso de ser instituído o conselho fiscal, designar os seus membros;
- iv) Fixar honorários, bem como modo e forma de cálculo da remuneração dos Administradores;



- v) Decidir sobre a transformação do tipo jurídico social em outro;
- vi) Nomear e destituir liquidantes, bem como julgar e aprovar-lhes as respectivas contas;
- vii) Aprovar a cisão desta Sociedade e a incorporação de outras sociedades nesta;
- viii) Concordata ou recuperação judicial;

Cláusula 9ª. – Das reuniões dos sócios

As decisões tomadas pelos sócios ocorrerão em reunião de quotistas, sendo que cada quota dá direito a um voto.

As reuniões ocorrerão de preferência na sede da Sociedade, podendo ser realizadas em outro local, desde que haja consenso unânime dos sócios.

As convocações para as reuniões dos sócios serão realizadas por escrito, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, sendo admitida a convocação por meio de carta, de telegrama, de correio eletrônico, telefax, ou outro meio que possa ser comprovado documentalmente, da entrega ou do envio.

São dispensadas as convocações, nos termos do art. 1.072, parágrafo 3º, do CCB, quando todos os sócios comparecerem à reunião ou, ainda, na hipótese de todos os sócios se declararem, por escrito, cientes do local, data e hora da reunião, bem como da respectiva ordem do dia.

As deliberações tomadas de conformidade com o presente Contrato, devidamente convocados, vinculam a todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, nos moldes do art. 1.072, parágrafo 5º, do CCB.

As reuniões de sócios instalam-se com a presença de sócios representativos de, no mínimo, a maioria do Capital Social.

O sócio poderá ser representado nas reuniões e em qualquer ato, nos termos da lei, por procurador com poderes específicos para o ato, mediante apresentação do instrumento de mandato.

As reuniões de sócios poderão ser presididas ou secretariadas por sócios, seus procuradores, administradores, ou por quem os sócios, detentores da maioria do Capital Social, hajam escolhido.

Os sócios reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao encerramento do exercício social, para deliberarem, as matérias enumeradas no art. 1.078, incisos I a III, do CCB, quais sejam: sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis/financeiras e eventual destinação de créditos; designar administradores, quando for o caso. Outros assuntos de interesse social poderão constar igualmente da ordem do dia da reunião dos sócios.

A Sociedade fica dispensada de manter Livro próprio para registro e lavratura de Atas de Reuniões de Sócios.

Cláusula 10ª. – Do pró-labore

Os Administradores farão jus a um “pró-labore” mensal de acordo com o que ficar estabelecido entre os sócios, em deliberação tomada pela maioria do Capital Social, podendo ser dispensado o pagamento no caso de administradores sócios.

Cláusula 11ª – Balanço Social

O exercício social tem início em 01 de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido um levantamento do Balanço Social com as demonstrações financeiras; sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital social.

Cláusula 12ª. – Resultados do Exercício Social

Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio, ou sócios, representando, pelo menos, a maioria do Capital Social.

Salvo deliberação distinta tomada em Reunião dos Sócios, os sócios participam dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.



Salvo deliberação em contrário ou salvo se a conjuntura social recomendar a retenção de parcela maior dos lucros será distribuído como dividendo aos sócios uma percentagem a ser oportunamente deliberada, sobre o lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 e demais dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e suas modificações.

Os eventuais prejuízos verificados em balanço serão suportados proporcionalmente às quotas possuídas pelos sócios ou contabilizados em conta própria, para compensação com lucros futuros ou reservas existentes.

Poderá a Administração ou os sócios, a qualquer tempo, realizar balanços intercalares ou extraordinários e, na existência de lucros, deliberar sobre sua distribuição antecipada, total ou parcial.

A Sociedade, nos termos do que prevê a Lei 9.249/95, poderá pagar ou creditar aos sócios, a título de remuneração sobre o Capital Próprio, juros imputando seu pagamento aos dividendos de que trata o art. 202 da Lei 6.404/76.

Cláusula 13ª. – Da Alienação das cotas

A transferência de quotas, a título oneroso ou gratuito, para a própria Sociedade, para outro sócio-quotista ou para terceiros, deverá seguir as normas indicadas nos parágrafos seguintes, devendo processar-se, outrossim, nos termos de Acordos de Quotistas que possam eventualmente haver sido firmados entre os sócios desta Sociedade e/ou de controladoras, coligadas ou interligadas.

O sócio quotista que quiser transferir e/ou vender quotas deverá remeter uma opção de compra e venda à administração da Empresa, indicando o preço de cada quota, sua quantidade, condições de pagamento e nome do pretendente, se houver, podendo a administração sub-rogar essa opção aos sócios.

A opção de compra e venda, prevista no parágrafo primeiro desta cláusula, obriga ao sócio quotista outorgante perante os demais sócios e terceiros pretendentes. A transferência não poderá realizar-se por preço inferior ou em condições diversas das oferecidas aos demais sócios para o exercício do direito de preferência.

É assegurada a preferência à Sociedade na aquisição das próprias quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da opção de compra e venda mencionada no parágrafo primeiro desta cláusula, para manifestar, através de carta com aviso de recebimento, seu interesse na aquisição de quotas postas à venda, observadas, contudo, as disposições contidas no parágrafo sexto, desta cláusula.

Os sócios quotistas terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do último dia do prazo esgotado e fixado em favor da empresa no item anterior, para exercer em parte ou no todo, o direito preferencial não utilizado pela Sociedade.

Aos sócios quotistas interessados é assegurada a preferência na aquisição das quotas na proporção do capital de cada um, sendo-lhes acrescida a parte não utilizada pelos demais, tanto nas transferências entre sócios quanto na alienação de quotas mantidas em Tesouraria pela empresa.

Para aquisição de suas próprias quotas a empresa não poderá pagar por elas preço superior ao resultado da divisão do patrimônio líquido contábil do último balanço, pelo número de quotas em que foi dividido o Capital Social.

Se a Sociedade e/ou sócios não se interessarem pela aquisição das quotas ou partes delas, a transferência das mesmas a terceiros fica livre, respeitado o disposto no parágrafo 2º desta cláusula.

A transferência de quotas, em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, de arrematação ou outro ato judicial, somente se fará mediante alteração de Contrato Social em face de documento hábil que ficará em poder da Sociedade.

Não estarão sujeitas às disposições normativas da presente cláusula as transferências de quotas a título de doação gratuita em favor de descendentes de quotistas, bem como as relativas à venda ou incorporação à Sociedade de administração de bens, desde que o controle do capital e de voto permaneça nas mãos do cedente ou de seus descendentes.



Cláusula 14ª. – Dos Casos de Extinção da Sociedade e Desligamento de Sócios

Não acarretará a dissolução desta Sociedade caso se verifique a morte, o impedimento definitivo, a retirada, a extinção, a exclusão, a insolvência, a falência ou a concordata de qualquer dos sócios; prosseguindo com os remanescentes, a menos que estes, por deliberação tomada nos termos do presente Contrato, resolvam liquidá-la.

Ocorrendo qualquer desses eventos, os haveres do sócio que falecer, for declarado impedido, extinto, excluído, insolvente, falido ou concordatário, ou que venha a retirar-se, serão apurados conforme balanço especialmente levantado no mês do evento e pagos ao sócio retirante, seus herdeiros ou representantes legais, em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, pelo seu valor nominal, vencendo-se a primeira parcela 180 (cento e oitenta) dias após o evento.

O sócio-quotista que desejar retirar-se da Sociedade deverá dar aviso por escrito com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Uma vez aprovado pelos demais sócios, que participem com mais da metade do Capital Social, os sucessores ou herdeiros ou do sócio falecido poderão participar da empresa.

No caso de os sócios representativos da maioria do Capital Social deliberarem em não admitir os sucessores ou herdeiros do falecido, regularão a hipótese as disposições previstas na Cláusula Décima Segunda.

Na hipótese de extinção ou dissolução de sócio, pessoa jurídica, seus sucessores legais ingressarão na Sociedade.

Serão válidas e eficazes todas e quaisquer resoluções da Sociedade com relação a sócios minoritários, inclusive a exclusão por justa causa, procedendo-se na forma prevista na cláusula seguinte (14ª), obedecida a legislação aplicável.

Cláusula 15ª. – Da Exclusão Legal ou Judicial do Sócio

As disposições legais previstas no Código Civil de 2002, e de acordo com as regras previstas nesta cláusula, serão aplicadas aos casos de:

- i) exclusão *jure et de jure*, a ser operada na hipótese de sócio que seja declarado falido e/ou de sócio que tenha sua quota liquidada por credor particular, nos termos da lei;
- ii) exclusão judicial, a ser operada, por iniciativa de sócios detentores de mais da metade do capital social, na hipótese de falta grave no cumprimento das obrigações do sócio, bem como na hipótese de incapacidade superveniente, respeitado, todavia, o disposto no Parágrafo Primeiro desta cláusula. Aos demais casos de exclusão de sócio, serão aplicadas, além das respectivas disposições legais, as determinações contidas nos parágrafos seguintes.

Por deliberação de sócios detentores de maioria do Capital Social, poderá ser excluído, por justa causa, o sócio que colocar em risco a continuidade da Sociedade e/ou que praticar atos de inegável gravidade.

Fica expresso, desde já, que, para fins do aqui disposto, a justa causa ensejadora da exclusão do sócio ficará configurada, em especial, mas não exclusivamente, nos seguintes casos: - concordata ou insolvência de sócio; - comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais; - descumprimento de obrigações assumidas perante os demais sócios e/ou perante a Sociedade, em especial, mas não exclusivamente, as obrigações assumidas no âmbito do Contrato Social; - ato de improbidade, incontinência de conduta ou mau procedimento de sócio; - negociação habitual, por conta própria ou alheia, sem permissão dos demais sócios, quando esta configurar concorrência à Sociedade ou for prejudicial à mesma; - condenação criminal de sócio, passada em julgado, caso não tenha havido a suspensão da execução da pena; - desídia no cumprimento das obrigações de sócio.

A exclusão de sócio, decorrente do disposto no parágrafo anterior, deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim. A realização da reunião, com 30 (trinta) dias de antecedência, deverá ser comunicada ao acusado, por escrito e com comprovante de entrega, de modo a que este, ciente da matéria, possa comparecer à referida reunião e exercer seu direito de defesa.



Em qualquer um dos casos indicados nos parágrafos anteriores, será suspenso, por ocasião das deliberações sobre a exclusão, o direito de voto relativo às quotas do sócio em vias de ser excluído.

Cláusula 16ª. – Da Impenhorabilidade das cotas

As quotas representativas do Capital Social são impenhoráveis, não podendo, em hipótese alguma, serem nomeadas à penhora e nem gravadas com ônus de qualquer natureza.

Cláusula 17ª. – Do Desimpedimento dos Sócios e Administradores

Os administradores e/ou diretores declaram, sob as penas e sanções legais, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fê pública ou a propriedade.

Cláusula 18ª – Omissões

As omissões que se verificarem no presente Contrato Social serão regidas pelas disposições da Lei nº 10.406/2002 e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, e demais, regras legais aplicáveis à espécie.

Cláusula 19ª. – Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Bento Gonçalves, RS, para qualquer ação fundada nesta alteração contratual e consolidação social, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto nesta Alteração Contratual e Consolidação Social foi acordado, obrigam-se a cumpri-lo, assinando-o na presença de uma testemunha abaixo, em três exemplares de igual teor, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado.

Bento Gonçalves, RS, 04 de janeiro de 2023.

TODESCHINI S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO		JOLO EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Paulo Farina Diretor Presidente	Virginia Jaqueline Farina Diretora Administrativa	Ricardo Farina Diretor

Diretores:

Paulo Farina

Juliano Lazzarotto

Testemunha:

Jaime Luiz Prux Júnior
CPF: 327.148.400-78
CRCRS 042102





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/006.688-7	RSN2315000738	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
327.148.400-78	JAIME LUIZ PRUX JUNIOR	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

693.125.910-53	JULIANO LAZZAROTTO	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

237.926.710-34	PAULO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

383.771.870-00	RICARDO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

550.906.990-20	VIRGINIA JAQUELINE FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8675821 em 19/01/2023 da Empresa MOVEIS CARRARO LTDA, CNPJ 87548814000143 e protocolo 230066887 - 09/01/2023. Autenticação: 3481189C4B49FAC43FE631546B24CEB41B7AE75. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/006.688-7 e o código de segurança FPxt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSE TADEU JACOBY
SECRETARIO-GERAL





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MOVEIS CARRARO LTDA, de CNPJ 87.548.814/0001-43 e protocolado sob o número 23/006.688-7 em 09/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8675821, em 19/01/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Volmar Catapan.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
237.926.710-34	PAULO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
327.148.400-78	JAIME LUIZ PRUX JUNIOR	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
693.125.910-53	JULIANO LAZZAROTTO	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
550.906.990-20	VIRGINIA JAQUELINE FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
383.771.870-00	RICARDO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
237.926.710-34	PAULO FARINA	19/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 04/01/2023



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/validacao) informando o número do protocolo 23/006.688-7.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8675821 em 19/01/2023 da Empresa MOVEIS CARRARO LTDA, CNPJ 87548814000143 e protocolo 230066887 - 09/01/2023. Autenticação: 3481189C4B49FAC43FE631546B24CEB41B7AE75. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/006.688-7 e o código de segurança FPxt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


 JOSÉ TADEU JACOBY
 SECRETÁRIO-GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Volmar Catapan, Servidor(a) Público(a), em 19/01/2023, às 10:35.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 23/006.688-7.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8675821 em 19/01/2023 da Empresa MOVEIS CARRARO LTDA, CNPJ 87548814000143 e protocolo 230066887 - 09/01/2023. Autenticação: 3481189C4B49FAC43FE631546B24CEB41B7AE75. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/006.688-7 e o código de segurança FPxt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

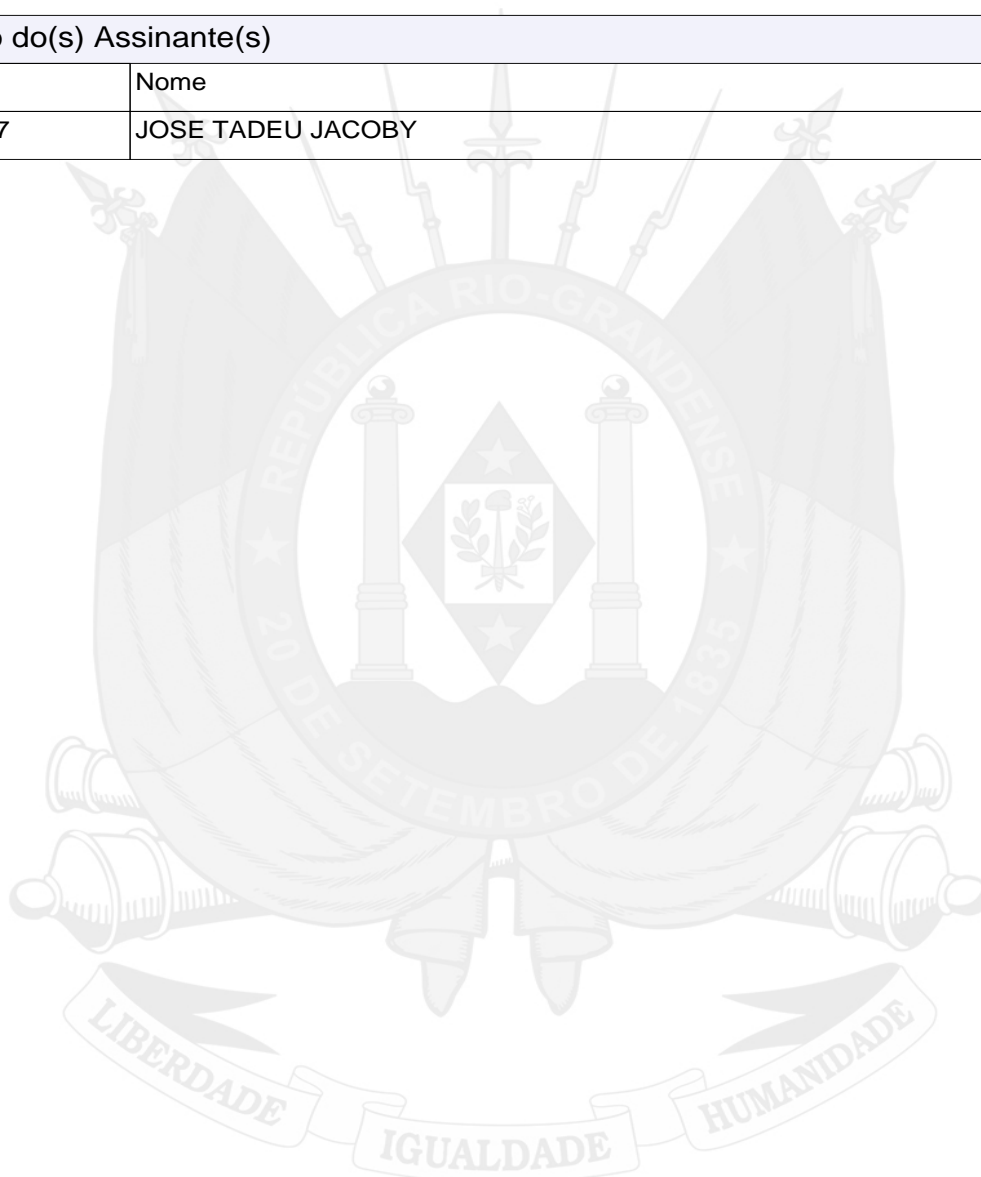


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. quinta-feira, 19 de janeiro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8675821 em 19/01/2023 da Empresa MOVEIS CARRARO LTDA, CNPJ 87548814000143 e protocolo 230066887 - 09/01/2023. Autenticação: 3481189C4B49FAC43FE631546B24CEB41B7AE75. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/006.688-7 e o código de segurança FPxt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

Evento 59

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___51_E_52

Data:

10/03/2023 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

59

Evento 60

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO__52

Data:

13/03/2023 10:12:36

Usuário:

89027825000103 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SISTEMA DE PRO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

60

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

61

Substabelecido:

RS096087 - EDUARDO PINHEIRO ALBI ANSELMO - ADVOGADO

Substabelecente:

RS047543 - TIAGO LUNARDI ALVES - ADVOGADO

Tipo:

Substabelecimento com reserva

Data:

13/03/2023 11:55:34

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:

RS047543 - TIAGO LUNARDI ALVES - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado de conformidade com o disposto no art. 26 da Resolução 17/2010 - TRF4 que regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito da justiça Federal da 4ª Região - "Art. 26. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no e-Proc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento."

Evento 62

Evento:

PETICAO

Data:

13/03/2023 12:19:08

Usuário:

RS006977 - RITA PERONDI - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

62

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO/RS.**

Processo nº 5002260-43.2023.8.21.0019.


SANREMO S/A, sociedade empresária estabelecida na Av. Independência, nº 8.885, Bairro Nova Esteio, no município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 89.738.173/0001-15, nos autos da presente **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **DIEMENTZ COMÉRCIO DE ELETROMOVEIS**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer sua habilitação nos presentes autos, pelo que requer que todas intimações e/ou notificações referentes ao presente processo sejam feitas exclusivamente em nome da patrona **Dra. Rita Perondi**, inscrita na OAB/RS sob o nº 6.977, endereço eletrônico: contato@perondiadvogados.com.br e escritório profissional na Rua Comendador Caminha, 278, Moinhos de Vento, Porto Alegre/RS, CEP 90430-030, em atenção ao disposto no art. 272, §5º do Código de Processo Civil, sob **pena de nulidade**.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Novo Hamburgo, 13 de março de 2.023.

Rita Perondi
OAB/RS 6.977



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)
43300008029

Código da Natureza Jurídica
2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Nome: SANREMO S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

RSN2231937623

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	008			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
		223	1	BALANCO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

ESTEIO
Local

30 Maio 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):
☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐

3ª Exigência
☐

4ª Exigência
☐

5ª Exigência
☐

____/____/____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐

3ª Exigência
☐

4ª Exigência
☐

5ª Exigência
☐

____/____/____
Data Vogal Vogal Vogal
Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





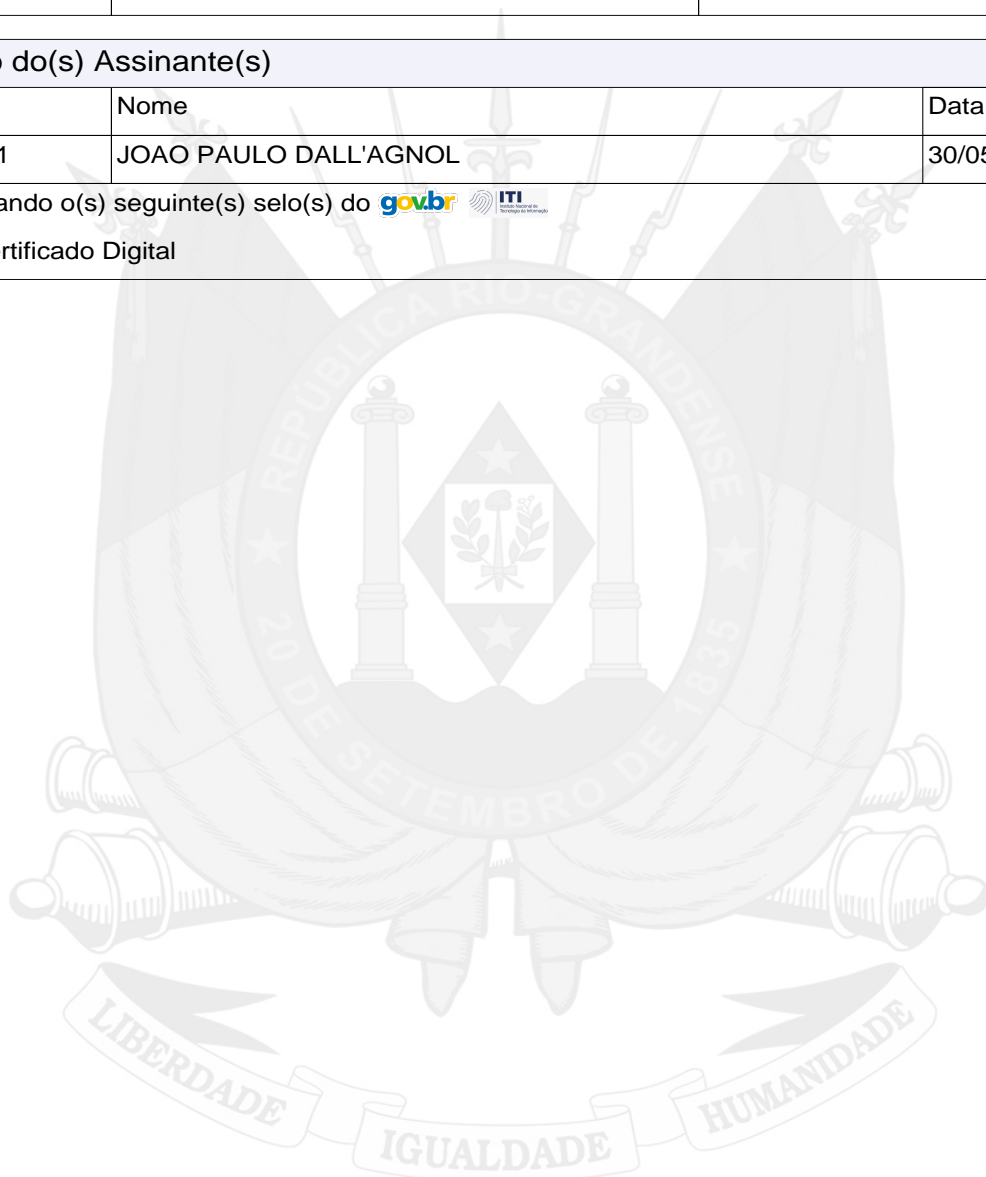
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/186.735-0	RSN2231937623	30/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

1 – DATA, HORA E LOCAL:

Realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10h:40min (dez horas e quarenta minutos), de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Independência, nº 8885, Bairro Novo Esteio, CEP 93.270-010 na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

2 – CONVOCAÇÕES:

Dispensada a publicação dos editais, face à presença da totalidade dos acionistas com direito a voto, bem como, a realização da assembleia em formato digital, nos termos do § único do Artigo 121 e dos §§ 2º- A e 4º do Artigo 124, todos da Lei nº 6.404/1976.

3 – PRESENÇAS:

Acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia com direito a voto, tendo os mesmos participado da Assembleia Geral através do aplicativo Teams da Microsoft da plataforma Office 365, devidamente disponibilizado pela Companhia para votação à distância.

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente – Sr. Eduardo Bettanin e Secretário – Sr. Dante Bettanin;

5 – PUBLICAÇÕES:

Consignação em Ata: Em atenção à entrada em vigor da Lei 13.818 de 2019, que alterou a redação do artigo 289 da Lei 6.404/1976, trazendo, dentre outras alterações, a supressão da obrigatoriedade de publicação dos atos das Companhias em Diários Oficiais, assim sendo, a partir de 1º de janeiro de 2022, as publicações desta



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

Companhia passarão a ser realizadas unicamente no Jornal VS, nas versões impressa e digital.

Dessa forma, a Demonstração Financeira relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi publicada no “Jornal VS”, na edição do dia 26 de abril de 2022, (folha nº 16 da versão impressa e na versão digital no link: <https://publicidadelegal.gruposinos.com.br/storage/editions/April2022/M0uw5FrUvCctDWdL3Kf.pdf>), tendo sido sanada a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos previstos no artigo 133 da Lei n.º 6.404/1976, por deliberação da totalidade dos acionistas com direito a voto presentes na Assembleia, conforme facultado pelo § 4.º do referido artigo da Lei n.º 6.404/1976.

6 – ORDEM DO DIA:

- 6.1.) Aprovar a lavratura da ata à forma de sumário;
- 6.2.) Aprovar consignação em ata sobre a publicação da demonstração financeira da Companhia em um único jornal;

6.3.) Em Assembleia Geral Ordinária:

- 6.3.1.) Analisar e votar o relatório e as contas dos administradores; examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- 6.3.2.) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;
- 6.3.3.) Aprovar, homologar e ratificar a distribuição dos Dividendos Mínimos Obrigatórios, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- 6.3.4.) Aprovar e ratificar o cálculo do Programa de Participação nos Resultados (PPR), pago aos empregados e Diretores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- 6.3.5.) Aprovar e ratificar os valores dos bônus pagos aos diretores, administradores e/ou gestores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

6.3.6.) Aprovar e ratificar o Programa de Participação nos Resultados (PPR) para os empregados e Diretores da Companhia, para o ano de 2022;

6.3.7.) Aprovar e ratificar a provisão contábil e o pagamento da distribuição de dividendos antecipados, dentro do período de 2021, sobre os lucros intermediários apurados.

6.4) Em Assembleia Geral Extraordinária:

6.4.1.) Aprovar a eleição da Diretoria, com mandato para o período de 1º de maio de 2022 até 30 de abril de 2024;

6.4.2.) Aprovar as destinações dos saldos das contas de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores para aumento do capital social;

6.4.3.) Aprovar o aumento de capital social da Companhia;

6.4.4.) Aprovar e ratificar os valores adiantados pela Companhia à Empresa CDNL Administração de Bens S/A, na operação Built to Suit;

6.4.5.) Aprovar a Alteração do Estatuto social da Companhia;

6.4.6.) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia;

7 – DELIBERAÇÕES:

Sempre por UNANIMIDADE dos presentes, conforme ordem do dia:

7.1.) Foi aprovada a proposição de que a lavratura da presente ata fosse à forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº. 6.404/1976;

7.2.) Foi aprovada e consignado em Ata, a supressão da obrigatoriedade de publicação dos atos das Companhias em Diários Oficiais, assim sendo, a partir de 1º de janeiro de 2022, as publicações desta Companhia passarão a ser realizadas unicamente no Jornal VS, nas versões impressa e digital, nos termos do §3º do artigo 289 da Lei 6.404/1976;



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

7.3.) Em Assembleia Geral Ordinária:

7.3.1.) Aprovados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, e votado o relatório e as contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

7.3.2.) Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 35.966.330,02 (trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais e dois centavos), e dos lucros acumulados oriundos da realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 222.270,42 (duzentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), na seguinte proporção: **(i)** R\$ 1.798.316,50 (um milhão, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), destinados à Reserva Legal; **(ii)** R\$ 2.247.291,27 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos), destinados à Reserva de Incentivos Fiscais; **(iii)** R\$ 8.712.503,00 (oito milhões, setecentos e doze mil, quinhentos e três reais), a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios; **(iv)** e o saldo remanescente de R\$ 23.430.489,67 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), será destinado a Reserva de Retenção de Lucros para futuras deliberações;

7.3.3.) Aprovada a ratificação e homologação da distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor de R\$ 8.712.503,00 (oito milhões, setecentos e doze mil, quinhentos e três reais), pagos em 25 de agosto de 2021 e 22 de dezembro de 2021;

7.3.4.) Aprovada a ratificação da distribuição do Programa de Participação nos Resultados (PPR) aos empregados e Diretores da Companhia, pagos em 16 de março de 2022, no montante de R\$ 4.495.430,91 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e um centavos);

7.3.5.) Aprovada a ratificação da distribuição de bônus aos diretores, administradores e/ou gestores da Companhia pagos em 1º de abril de 2022, no montante bruto de R\$ 343.454,96 (trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos);

7.3.6.) Aprovado e ratificado o Programa de Participação nos Resultados (PPR) para os empregados e Diretores da Companhia, para o exercício social de 2022;

Página 4 de 17



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

7.3.7.) Aprovado e ratificado a provisão contábil e o pagamento da distribuição de dividendos antecipados, dentro do período de 2021, sobre os lucros intermediários apurados, conforme segue, no montante de:

7.3.7.1.) R\$ 6.512.503,00 (seis milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e três reais), pagos em 25 de agosto de 2021;

7.3.7.2.) R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), pagos em 22 de dezembro de 2021, não restando saldo de dividendos a pagar no ano de 2022.

7.4) Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.4.1.) Aprovada a eleição da Diretoria da Companhia, com a seguinte composição: o **Sr. EDUARDO BETTANIN**, brasileiro, solteiro, industrial, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, à Rua Comendador Caminha, nº 88, apartamento 1401, Bairro Moinhos de Vento, portador da carteira de identidade nº 2002515051, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 292.356.180-53, para o cargo de Diretor Presidente; o **Sr. DANTE BETTANIN**, brasileiro, viúvo, industrial, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, à Travessa Comendador Gustavo Kramer, nº 111, Bairro Jardim Lindóia, portador da carteira de identidade nº 1001255015, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.364.230-91, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia; o **Sr. SERGIO MARQUES DIAS**, brasileiro, viúvo, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, à Av. Jacuí, nº 312, apartamento nº 204, Bairro Cristal, portador da carteira de identidade nº 2011860661, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 157.666.830-49, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações; o **Sr. JOÃO PAULO DALL'AGNOL**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, à Rua Anita Garibaldi, nº 1625, apartamento 801, Bairro Mont Serrat, portador da carteira de identidade nº 6014112178, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 312.647.000-91, para o cargo de Diretor Administrativo Corporativo; o **Sr. ALEXANDRE TULINI**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na cidade de Canoas/RS, à Rua Monte Castelo, nº 2007, casa 39 – Condomínio Vivendas do Parque III, bairro Nossa Senhora das Graças, portador da carteira de identidade nº 3026251722, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

417.826.310-20, para o cargo de Diretor Financeiro Corporativo; o Sr. **EDUARDO IGNÁCIO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Canoas/RS, à Av. Farroupilha, nº 6900, casa 09, Bairro Igara, portador da carteira de identidade nº 1048054165, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 539.566.990-68, para o cargo de Diretor Geral; o **Sr. MARCELO HIGASHI**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, à Avenida Bagé, nº 1292, apartamento 901, Bairro Petrópolis, portador da carteira de identidade nº 26576818, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 257.471.988-31, para o cargo de Diretor Industrial Corporativo; e o **Sr. EVANDRO LEORATO MACHADO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Novo Hamburgo/RS, à Rua Heller, nº 218, apartamento 1202, Bairro Centro, portador da carteira de identidade nº 1047593494, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob nº 539.393.100-00, para o cargo de Diretor de Recursos Humanos Corporativo. (i) Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, nem estão condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (ii) O prazo de mandato dos Diretores perdurará até 30 de abril de 2024, prorrogando-se automaticamente até a realização de nova eleição, não podendo exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias; (iii) Fica ratificado o valor global mensal de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a remuneração do Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Diretor Geral;

7.4.2.) Considerando os interesses da Companhia foram aprovadas as destinações dos saldos das contas de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores para aumento do capital social, nos seguintes montantes:

7.4.2.1.) R\$ 3.892.615,62 (três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), relativo ao saldo integral disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2012;

7.4.2.2.) R\$ 5.774.855,61 (cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), relativo ao saldo integral



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2013;

7.4.2.3.) R\$ 6.325.251,27 (seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), relativo ao saldo integral disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2014;

7.4.2.4.) R\$ 8.200.378,33 (oito milhões, duzentos mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos), relativo ao saldo integral disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2015;

7.4.2.5.) R\$ 7.683.457,54 (sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), relativo ao saldo integral disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2016;

7.4.2.6.) R\$ 4.514.917,95 (quatro milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos), relativo ao saldo integral disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2017;

7.4.2.7.) R\$ 608.523,68 (seiscentos e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), relativo ao saldo parcial disponível na conta de reserva de retenções de lucros não distribuídos no exercício de 2018;

7.4.3.) Aprovada a destinação de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), oriundos dos saldos integrais e parciais das contas de reserva de retenções de lucros não distribuídos nos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, para aumento de capital social, que passará de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) para R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem qualquer modificação da quantia de ações, em observância ao art. 169, §1º da Lei 6.404/1976, conforme art. 5º, do Estatuto Consolidado, as ações da Companhia não apresentam valor nominal;

7.4.4.) Aprovado e ratificado o adiantamento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o qual foi disponibilizado na data de 19 de outubro de 2021 à Empresa CDNL Administração de Bens S/A, na operação Built to Suit.

7.4.5.) Aprovada a seguinte alteração do Estatuto Social da Companhia:

7.4.5.1.) Aprovada a reformulação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, com base nas deliberações anteriores, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) dividido



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

em 12.411.375 (doze milhões, quatrocentas e onze mil, trezentas e setenta e cinco) ações, sendo 12.191.665 (doze milhões, cento e noventa e uma mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias nominativas e 219.710 (duzentas e dezenove mil, setecentas e dez) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal”;

7.4.5.2.) Aprovada a reformulação do Artigo 11 § 1º, do Capítulo IV, do Estatuto Social, que versa sobre a Diretoria da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **“CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA: (...) ARTIGO 11 (...) Parágrafo 1º – O Diretor Vice-Presidente de Operações, ou o Diretor Administrativo Corporativo, ou o Diretor Financeiro Corporativo, ou o Diretor Geral, ou Diretor Industrial Corporativo, ou o Diretor de Recursos Humanos Corporativo assinarão sempre em conjunto com o Diretor Presidente, ou com o Diretor Vice- Presidente de Tecnologia os atos que visem a transigir, desistir, denunciar, adquirir, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis e imóveis do ativo permanente da sociedade, constituir e ceder direitos reais ou pessoais de garantia, tais como, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, caucionar títulos e direitos creditícios, dar bens móveis e imóveis em alienação fiduciária em garantia; contratar empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo junto a instituições bancárias, autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros gerados durante o exercício social, observada as normas do art. 204 e parágrafos da Lei 6.404/1976, e o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto a seguir”.**

7.4.6.) Aprovada a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o mesmo a adotar a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETIVO SOCIAL E PRAZO

ARTIGO 1º - A sociedade girará sob a denominação de **SANREMO S/A**, e se regerá pelo Estatuto já aprovado e pelas normas legais vigentes.

ARTIGO 2º - A sociedade tem sede e foro na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Independência, nº 8885, Bairro Novo Esteio, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios de



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

representação, depósitos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

ARTIGO 3º - A sociedade tem por objetivo social: 01) a indústria, o comércio, a importação, exportação e distribuição de produtos: a) fabricados com polietileno, poliestireno, nylon, PVC, SAN e outras matérias plásticas; b) utensílios em geral para uso doméstico ou industrial, produzidos com vidro, metais, entre outras matérias primas; c) produtos de uso veterinário; d) calçados plásticos; 02) a consignação de mercadorias; 03) a importação de matérias primas, moldes, materiais para uso, máquinas, suas partes e peças de sua indústria; 04) a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora, minoritária ou coligada; 05) comércio de embalagens em geral, de qualquer material; 06) prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 07) comércio e distribuição de produtos de higiene pessoal; 08) comércio e distribuição de saneantes; 09) comércio e distribuição de artigos têxteis de cama, mesa e banho.

ARTIGO 4º - A Sociedade é constituída por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) dividido em 12.411.375 (doze milhões, quatrocentas e onze mil, trezentas e setenta e cinco) ações, sendo 12.191.665 (doze milhões, cento e noventa e uma mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias nominativas e 219.710 (duzentas e dezenove mil, setecentas e dez) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

ARTIGO 6º - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

Parágrafo 1º - Poderá ser efetuada a conversão das ações ordinárias nominativas em preferenciais nominativas, desde que solicitado pelo detentor das mesmas, respeitando o limite previsto em lei e aprovado por acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão as seguintes preferências e vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, por eventual liquidação da sociedade, sendo a seguir reembolsadas as ações ordinárias; (b) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas da Companhia; e (c) será garantido o pagamento, após a apuração do lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 5% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação.

Parágrafo 3º - Igualmente será permitida a conversão de ações preferenciais nominativas em ações ordinárias nominativas, desde que solicitado pelo proprietário das mesmas e aprovado por acionistas detentores de, no mínimo, dois terços do capital social, reunidos em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os aumentos de capital social poderão ser feitos, total ou parcialmente, com ações preferenciais, sem que a companhia tenha que guardar a proporção então existente entre estas ações e as ações ordinárias, desde que respeitado o limite máximo previsto em lei.

CAPÍTULO III
DIREITO DE PREFERÊNCIA

ARTIGO 7º - Os acionistas, na proporção de suas participações no capital social, terão preferência na aquisição das ações daquele que desejar aliená-las, em igualdade de preço e condições com terceiros.

Página **10** de **17**



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

Parágrafo 1º - O acionista que desejar alienar suas ações, no todo ou em parte, comunicará, por escrito, tal fato aos demais acionistas, informando a quantidade que pretende vender, o preço e as condições de pagamento, bem como o nome e a qualificação do interessado na sua aquisição, se houver. Os acionistas terão um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da comunicação, para exercerem o direito de preferência que lhes é assegurado neste artigo e para manifestarem seu interesse na aquisição das sobras eventualmente verificadas.

Parágrafo 2º - Findo o prazo de 30 (trinta) dias, se algum acionista manifestar interesse na aquisição das sobras eventualmente existentes, terá o prazo de 05 (cinco) dias para adquiri-las.

Parágrafo 3º - Caso os acionistas não manifestarem interesse em adquirir as ações oferecidas ou manifestem interesse em adquirir apenas parte delas, poderá o acionista ofertante transferi-las, integralmente ou o saldo remanescente, ao pretendente indicado, pelo mesmo preço e condições de pagamento ofertados, nos 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo acima estipulado, sob pena de ter que renovar os procedimentos previstos neste artigo.

Parágrafo 4º - Serão adotados, no que couber, os mesmos procedimentos previstos neste artigo caso algum acionista manifeste interesse na cessão do seu direito de preferência à subscrição das ações que vierem a ser emitidas pela sociedade.

CAPÍTULO IV
DA DIRETORIA

ARTIGO 8º – A sociedade terá uma Diretoria composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, um Diretor Vice-Presidente de Operações, um Diretor Administrativo Corporativo, um Diretor Financeiro Corporativo, um Diretor Geral, um Diretor Industrial Corporativo e um Diretor de Recursos Humanos Corporativo.

Página 11 de 17



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

ARTIGO 9º – Os Diretores serão acionistas ou não, residentes no País, e farão jus à remuneração que a Assembleia Geral lhes atribuir, sendo-lhes dispensada caução em garantia da gestão.

ARTIGO 10 - A Diretoria reunir-se-á anualmente, ou sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus membros, podendo as reuniões serem realizadas fora da sede social quando conveniente aos interesses da Companhia.

ARTIGO 11 – Aos Diretores, sempre em conjunto de dois, são conferidos os poderes normais de administração, competindo-lhes representar a sociedade perante terceiros, ressalvados os casos previstos nos parágrafos a seguir:

Parágrafo 1º – O Diretor Vice-Presidente de Operações, ou o Diretor Administrativo Corporativo, ou o Diretor Financeiro Corporativo, ou o Diretor Geral, ou Diretor Industrial Corporativo, ou o Diretor de Recursos Humanos Corporativo assinarão sempre em conjunto com o Diretor Presidente, ou com o Diretor Vice- Presidente de Tecnologia os atos que visem a transigir, desistir, denunciar, adquirir, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis e imóveis do ativo permanente da sociedade, constituir e ceder direitos reais ou pessoais de garantia, tais como, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, caucionar títulos e direitos creditícios, dar bens móveis e imóveis em alienação fiduciária em garantia; contratar empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo junto a instituições bancárias, autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros gerados durante o exercício social, observada as normas do art. 204 e parágrafos da Lei 6.404/1976, e o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto a seguir.

Parágrafo 2º – Dependem de prévia deliberação por unanimidade da Diretoria, constante de Ata lavrada no Livro Próprio, os seguintes atos: a) alienação, permuta ou doação de bens imóveis; b) alteração das linhas de operação da Companhia; c) quaisquer outros assuntos que porventura tenham sido estabelecidos no Acordo de Acionistas, para os quais seja aconselhável a responsabilidade direta da totalidade

Página 12 de 17



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

dos Diretores.

Parágrafo 3º – Para nomear procuradores, com poderes para os foros em geral e especiais, e representá-la judicialmente, os atos serão sempre assinados em conjunto de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, ou o Diretor Geral.

Parágrafo 4º – Os procuradores, mediante outorga expressa dos respectivos poderes, outorgados em conjunto de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, ou o Diretor Geral, poderão firmar compromissos em nome da sociedade.

ARTIGO 12 – Compete, ainda, ao Diretor Presidente presidir as reuniões de Diretoria, usando o voto de qualidade em caso de empate.

ARTIGO 13 – Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, compete aos membros da Diretoria designar o substituto, o qual, sem prejuízo de suas funções, exercerá as do substituído, até que cesse o impedimento ou ausência.

ARTIGO 14 – No caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos membros da Diretoria, suas funções serão desempenhadas pelo Diretor Presidente até a primeira Assembleia Geral que venha a se realizar, na qual será eleito o substituto, que permanecerá no cargo até o término do mandato do Diretor que faleceu, renunciou ou se tornou definitivamente impedido.

Parágrafo único: Caso o falecimento, renúncia ou impedimento definitivo se dê com o Diretor Presidente, o Conselho de Sócios, na forma do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, se reunirá no prazo de até 90 (noventa) dias para nomear um novo Diretor Presidente.

ARTIGO 15 – Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude de ato regular de sua gestão, porém,



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

responderão civilmente pelos prejuízos que causarem quando agirem com culpa ou dolo ou em violação à lei ou disposições do Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os diretores não são responsáveis por atos ilícitos de outros diretores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou, ainda, deixar de agir para impedir a sua prática, eximindo-se da responsabilidade solidária aquele diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata ou reunião do órgão da administração ou, não sendo possível, dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração.

CAPÍTULO V
DAS ASSEMBLEIAS

ARTIGO 16 – As assembleias gerais serão ordinárias, com reunião fixada para todo dia 30 (trinta) do mês de abril de cada ano como data limite de realização e extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

ARTIGO 17 – O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente da sociedade, que convidará um ou dois dos acionistas presentes para servir de Secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia.

ARTIGO 18 – A convocação da Assembleia Geral será feita através de comunicação formal por carta, correio eletrônico, edital ou publicação na imprensa, conforme determina a lei, deles constando a ordem do dia e a data, hora e local da reunião.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 19 – O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que, com base na escrituração social e com observância às normas legais e princípios da contabilidade, a Diretoria fará elaborar as Demonstrações Financeiras legalmente previstas.

Página 14 de 17



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

ARTIGO 20 – Do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 5% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação.

ARTIGO 21 – Os dividendos serão pagos até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, salvo se houver deliberação em contrário, porém sempre dentro do exercício social.

ARTIGO 22 – Os dividendos não reclamados até 03 (três) anos contados da data estabelecida para o pagamento reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 23 – A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação.

CAPÍTULO VIII
CONSELHO FISCAL

ARTIGO 24 – O Conselho Fiscal, quando convocado, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e de 03 (três) a 05 (cinco) membros suplentes, e que somente será instalado e funcionará por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos no § 2º do Artigo 161 da Lei 6.404/1976 e de forma não permanente.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após a sua eleição e poderão ser reeleitos.

Página **15** de **17**



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal terá competência prevista em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros e perceberá remuneração fixada pela Assembleia Geral que o eleger, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 25 - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de acordo com os preceitos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelas normas vigentes aplicáveis à matéria.

ARTIGO 26 - As divergências surgidas entre a Diretoria ao que se refere à administração social serão resolvidas por Assembleia Geral convocada para tal fim.

ARTIGO 27 - Ficam revogadas todas as disposições em contrário ao estabelecido no presente Estatuto Social.

ARTIGO 28 - Os acionistas respeitarão as disposições do Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia, sob pena de invalidação de seus atos ou decisões, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra o referido acordo.

8 – ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado ou deliberado, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, e assinada pela mesa. Esteio/RS, 28 de abril de 2022. **Presidente da Mesa** – EDUARDO BETTANIN; **Secretário** – DANTE BETTANIN. **Acionistas Presentes:** INBETTA S.A. – (Representada por seus diretores



SANREMO S/A
CNPJ 89.738.173/0001-15
NIRE Nº 43300008029

Esteio - RS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS Nº 96

Eduardo Bettanin e Dante Bettanin), Dante Bettanin e Leci Bonato Bettanin (Representado por sua procuradora Sra. Rosane Bettanin Gatti);

Certificamos que a presente ata, foi emitida em 1 (uma) via, e será cópia fiel da ata a ser lavrada no livro eletrônico, o qual será arquivado na sede da Companhia.

Esteio (RS), 28 de abril de 2022.

Mesa:

EDUARDO BETTANIN
PRESIDENTE DA MESA

DANTE BETTANIN
SECRETÁRIO DA MESA

JOSIANE CASTRO DE OLIVEIRA RAMPON
OAB – RS 85.917





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

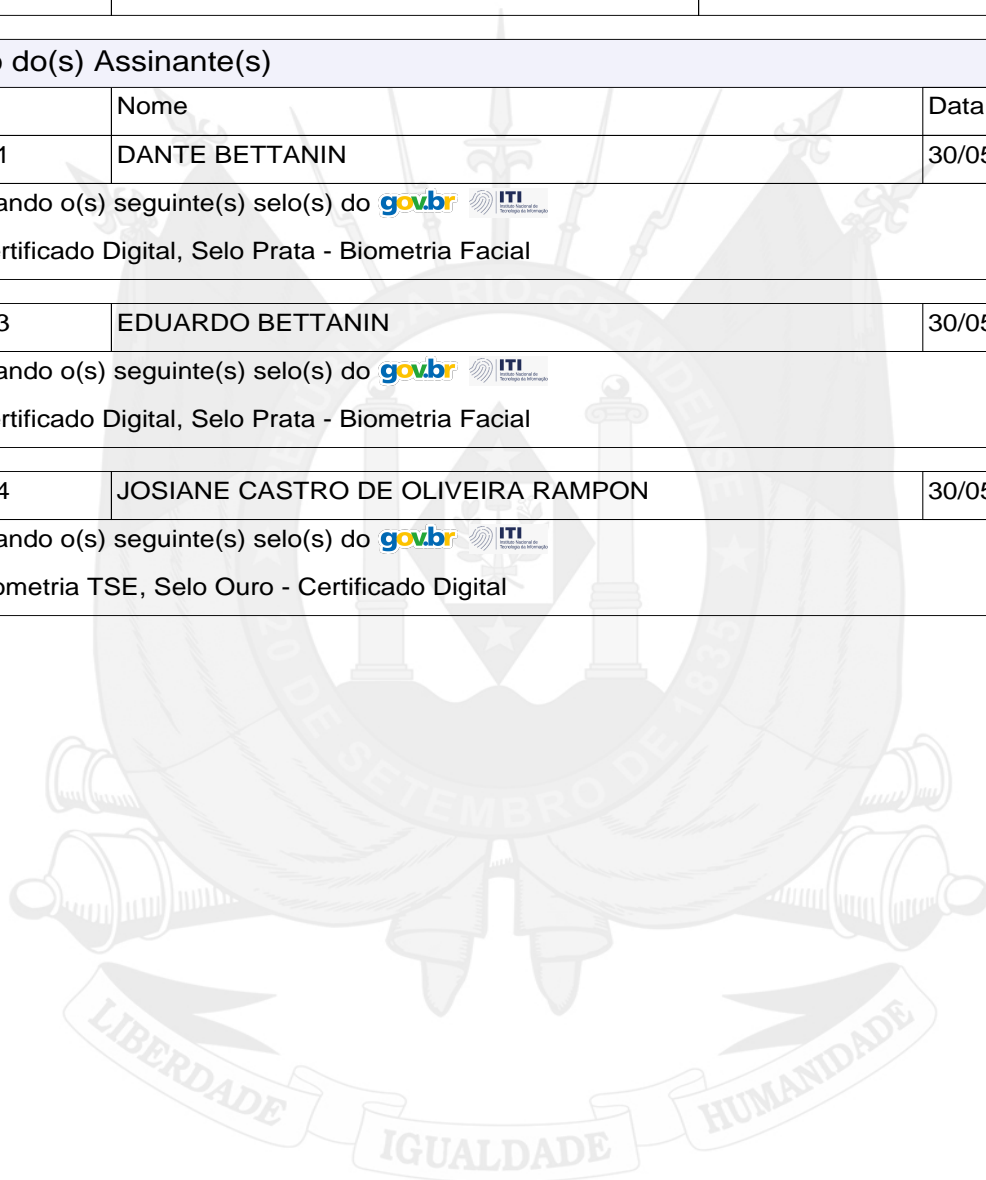
Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/186.735-0	RSN2231937623	30/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
005.364.230-91	DANTE BETTANIN	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

292.356.180-53	EDUARDO BETTANIN	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

908.579.840-04	JOSIANE CASTRO DE OLIVEIRA RAMPON	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

GRUPO EDITORIAL SINOS SA:91665570000156
ACT-Safeweb25/04/2022 17:40:46 -03:00



www.jornalvs.com.br, terça-feira, 26/04/2022

<div>  <div> <p>UMA EMPRESA</p>  </div> </div>		<p>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: Em cumprimento ao que dispõe nossos Estatutos e a Lei vigente, levamos a seu conhecimento e apreciação os dados do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Exercício, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>	
<p>SANREMO S.A. CNPJ: 89.738.173/0001-15 - NIRE: 43300008029</p>		<p>Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 2021 e 2020 - As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras (em milhares de reais).</p>	
BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
ATIVOS	2021 2020	PASSIVOS	2021 2020
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	11.349 6.662	Fornecedores	28.201 23.655
Aplicações financeiras	2.041 1.142	Arrendamentos	5.764 5.244
Contas a receber de clientes	123.103 117.819	Salários e férias a pagar	4.432 3.800
Estoques	88.278 81.791	Impostos e contribuições a recolher	5.941 4.498
Impostos a recuperar	20.675 3.934	Dividendos a pagar	- 2.585
IRPJ e CSLL a recuperar	7.427 7.153	Participações a pagar	2.851 5.070
Adiantamento a fornecedores	389 88	Comissões e fretes a pagar	13.066 11.059
Despesas antecipadas	434 334	Demais contas a pagar	3.139 5.957
Demais créditos	523 346	Total do passivo circulante	63.394 61.868
Total do ativo circulante	254.219 219.269	Não circulante	
Não circulante		Mútuos a pagar	78.723 56.771
Impostos a recuperar	553 649	Arrendamentos	15.729 19.345
Adiantamento a fornecedores	5.711 2.711	Provisões para litígios	309 829
Aplicações financeiras	10.063 397	Total do passivo não circulante	94.761 76.945
Impostos diferidos	4.182 3.122	Patrimônio líquido	
Depósitos judiciais	210 210	Capital social	63.000 63.000
Demais créditos	4 4	Reserva de incentivos fiscais	15.614 13.367
Investimentos	534 534	Reservas de lucros	82.694 57.466
Imobilizado	25.020 23.513	Ajustes avaliação patrimonial	1.258 1.480
Intangível	313 320	Total do patrimônio líquido	162.566 135.313
Ativo direito de uso	19.912 23.897	Total do passivo e patrim. líquido	320.721 274.126
Total do ativo não circulante	66.502 64.887		
Total do ativo	320.721 274.126		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Reserva de lucros	
	Capital social integralizado	Res. Incentivos fiscais	Res. retenções de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2020	63.000	12.172	8.564
Lucro do exercício de 2020	-	-	-
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-
Destinações:	-	-	-
Reserva legal	-	-	607
Incentivo fiscal	-	1.195	-
Dividendos	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	8.150
Saldos em 31 de dezembro de 2020	63.000	13.367	9.171
Lucro do exercício de 2021	-	-	-
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-
Destinações:	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.798
Incentivo fiscal	-	2.247	-
Dividendos	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	23.430
Saldos em 31 de dezembro de 2021	63.000	15.614	10.969
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Indireto	
<p>1. Contexto operacional: A Sanremo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na cidade de Esteio (RS) e com centros de distribuição na cidade do Paulista (PE) e em Araçuaçu (SP). Seu objeto social tem como foco a indústria, o comércio, a importação, exportação e distribuição de produtos fabricados com polietileno, poliestireno, nylon, PVC, SAN e outras matérias plásticas; utensílios em geral para uso doméstico ou industrial, produzidos com vidro, metais, entre outras matérias primas; produtos de uso veterinário; calçados plásticos; a representação comercial e a consignação de mercadorias; a importação de matérias primas, moldes, materiais para uso, máquinas, suas partes e peças de sua indústria; a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora, minoritária ou coligada; comércio de embalagens em geral, de qualquer material, prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; comércio e distribuição de produtos de higiene pessoal; comércio e distribuição de saneantes; comércio e distribuição de artigos têxteis de cama, mesa e banho. 2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas CPC - BR GAAP): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP, com base nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para o ativo imobilizado (adoção do custo atribuído). 4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Os ativos e passivos de operações com o exterior, incluindo agio e ajustes de valor justo resultantes de aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. b) Imobilizado: a) <i>Reconhecimento e mensuração:</i> Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. 5. Patrimônio líquido: i) <i>Capital social:</i> O capital social subscrito é de R\$ 63.000 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, composto por 12.191.665 mil ações ordinárias nominativas e 219.710 mil ações preferenciais nominativas. As demonstrações financeiras completas foram auditadas por auditores independentes e encontram-se disponíveis aos senhores acionistas na sede da Companhia. Diretoria: Eduardo Bettanin - Presidente - Dada Bettanin - Diretora Vice-Presidente - Sérgio Marques Dias - Diretor Vice-Presidente - João Paulo Dall'Agnol - Diretor - Alexandre Tullini - Diretor - Eduardo Ignácio - Diretor - Evandro Leorato Machado - Diretor - Marcelo Higashi - Diretor - Rômulo Freitas Isoppo - Contador CRC-RS-071144/O-0</p>		<p>Fluxos de caixa das atividades operacionais</p> <p>Lucros antes do Imposto Renda e contribuição social</p> <p>Ajustes por:</p> <p>Depreciação e amortização</p> <p>Perdas com desvalorização de ativos</p> <p>Juros contrato de mútuo com partes relacionadas</p> <p>Juros sobre passivos de arrendamentos</p> <p>Rendimentos sobre aplicações financeiras</p> <p>Resultado na alienação/baixa de ativos imob. e intangível</p> <p>Variações nos ativos e passivos</p> <p>Contas a receber</p> <p>Estoques</p> <p>Fornecedores</p> <p>Contas a receber</p> <p>Outras contas a pagar</p> <p>Caixa prov. das (utiliz. nas) das atividades operacionais</p> <p>Imposto de renda e contribuição social pagos</p> <p>Caixa liq. prov. das (utiliz. nas) atividades operacionais</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</p> <p>Juros sobre investimentos financeiros</p> <p>(Aplicações)/resgates de investimentos financeiros</p> <p>Aquisição de ativo imobilizado</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</p> <p>Pagamentos de mútuo com partes relacionadas</p> <p>Pagamento de dividendos</p> <p>Mútuos tomados</p> <p>Pagamento principal de passivos de arrendamento</p> <p>Caixa liq. (utiliz. nas) prov. das ativ. de financiamentos</p> <p>Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</p>	
		<p>2021 2020</p> <p>54.411 17.145</p> <p>11.679 10.771</p> <p>875 877</p> <p>3.245 209</p> <p>1.595 1.572</p> <p>(1.456) (79)</p> <p>983 863</p> <p>(5.841) (37.383)</p> <p>(6.805) (47.208)</p> <p>4.546 (1.928)</p> <p>(25.224) (1.855)</p> <p>3.208 27.942</p> <p>41.216 (29.074)</p> <p>(19.462) (10.019)</p> <p>21.754 (39.093)</p> <p>1.456 79</p> <p>(10.565) 405</p> <p>(7.054) (2.663)</p> <p>(16.163) (2.179)</p> <p>(6.792) -</p> <p>(11.297) (1)</p> <p>25.499 50.000</p> <p>(8.314) (6.810)</p> <p>904 43.189</p> <p>6.662 1.917</p> <p>6.662 4.745</p> <p>11.349 6.662</p> <p>4.687 1.917</p>	



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 21/28





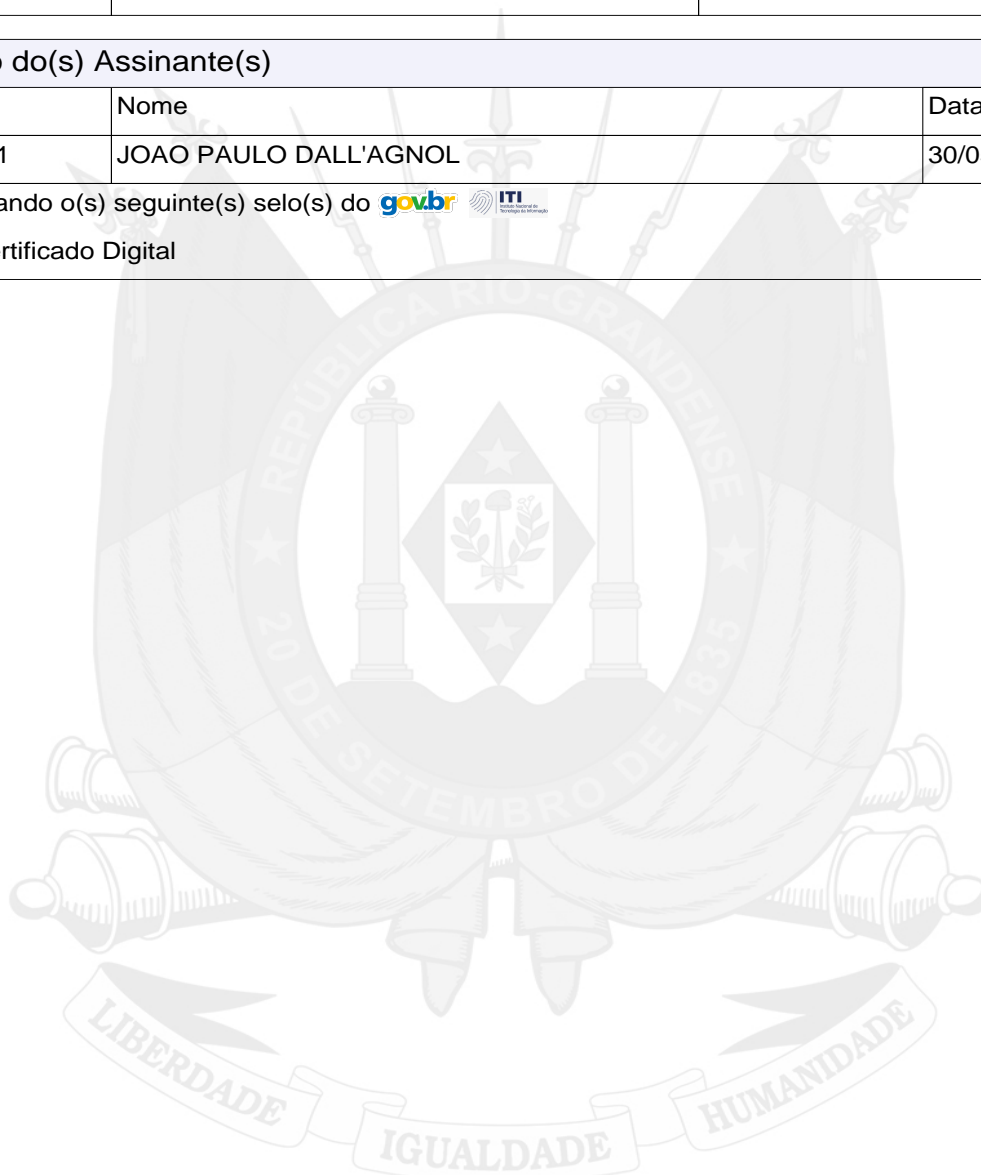
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/186.735-0	RSN2231937623	30/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL





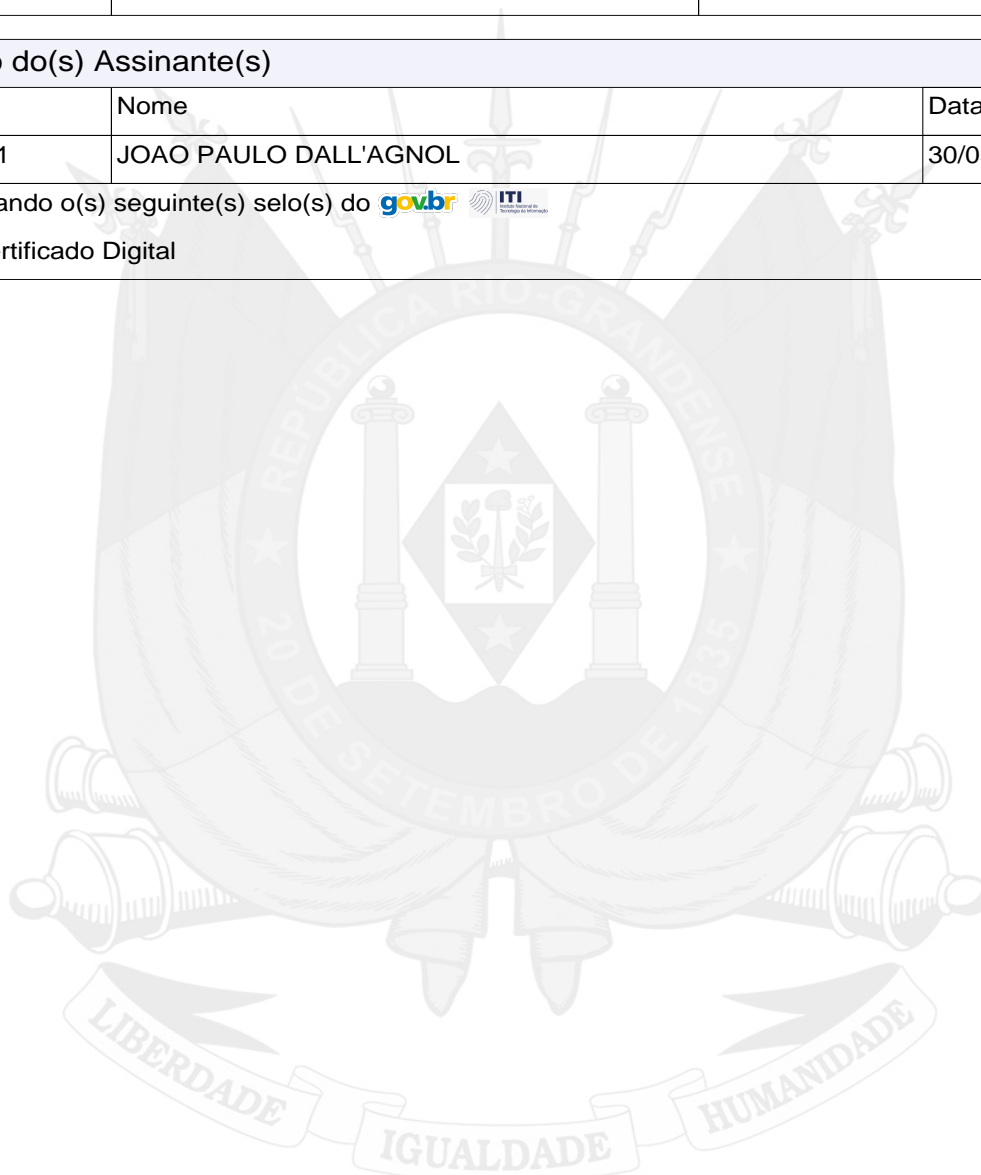
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/186.735-0	RSN2231937623	30/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S) REGISTRO DIGITAL

Eu, JOAO PAULO DALL AGNOL, BRASILEIRA, CASADO, CONTADOR, DATA DE NASCIMENTO 21/09/1959, RG Nº 6014112178 SSP -RS, CPF 312.647.000-91, RUA ANITA GARIBALDI, Nº 1625, APTO 801, BAIRRO MONT SERRAT, CEP 90450-001, PORTO ALEGRE - RS, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Esteio, 30 de maio de 2022.

JOAO PAULO DALL AGNOL
Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 25/28





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL







Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SANREMO S/A, de CNPJ 89.738.173/0001-15 e protocolado sob o número 22/186.735-0 em 30/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8305547, em 31/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabiane Stefani Fetter.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.



Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
005.364.230-91	DANTE BETTANIN	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
292.356.180-53	EDUARDO BETTANIN	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
908.579.840-04	JOSIANE CASTRO DE OLIVEIRA RAMPON	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 22/186.735-0.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.




 CARLOS GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL'AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
312.647.000-91	JOAO PAULO DALL AGNOL	30/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 31/05/2022



Documento assinado eletronicamente por Fabiane Stefani Fetter, Servidor(a) Público(a), em 31/05/2022, às 09:51.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 22/186.735-0.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


 CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. terça-feira, 31 de maio de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8305547 em 31/05/2022 da Empresa SANREMO S/A, CNPJ 89738173000115 e protocolo 221867350 - 30/05/2022. Autenticação: F81E7298E37C3AC37B3C59934D8F9F843929489B. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/186.735-0 e o código de segurança DbTn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL



PROCURAÇÃO

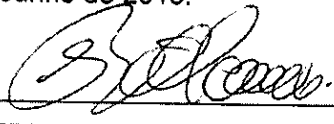
OUTORGANTE: SANREMO S/A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Independência, nº 8885, Bairro Novo Esteio Industrial, na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, CEP nº 93.270-010, inscrita no CNPJ sob o nº 89.738.173/0001-15, neste ato representada por seus Diretores, **SR. EDUARDO BETTANIN**, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul à Rua dos Pescadores, nº 300, Arquipélago Ilha das Flores, CEP 90090-180, portador da carteira de identidade número 2002515051 e inscrito no CPF sob o número 292.356.180-53 e **SR. SÉRGIO MARQUES DIAS**, brasileiro, casado, industrial, residente na Av. Jacuí, 674/3 casa, Porto Alegre RS, inscrito no CPF sob o nº 157.666.830-49 e portador da carteira de identidade nº 2011860661 emitida pela SSP/RS.

OUTORGADO (S): PERONDI ADVOCACIA E CONSULTORIA LTDA, sociedade civil inscrita na OAB/RS sob o nº 347 e no CNPJ/MF sob o nº 97.131.189/0001-93, representada por sua sócia **RITA PERONDI**, advogada inscrita na OAB/RS sob nº 6.977 e no CPF/MF sob o nº 339.137.900-63, com escritório profissional na Rua Comendador Caminha, nº 278, bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, a outorgante nomeia e constitui sua bastante procuradora a outorgada, com os poderes específicos de **representação junto à processos de Recuperações Judiciais**, podendo dita procuradora usar dos poderes contidos na cláusula "AD JUDICIA", bem como os especiais de transigir, desistir, acordar, discordar, podendo praticar todos os atos necessários e em direito admitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reservas.

Esteio (RS), 11 de Junho de 2015.


SÉRGIO MARQUES DIAS
DIRETOR SUPERINTENDENTE


EDUARDO BETTANIN
DIRETOR PRESIDENTE



Evento 63

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO

Data:

13/03/2023 18:54:16

Usuário:

GPPELENZ - GABRIEL PEREIRA PELLEZ - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

63



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5002260-43.2023.8.21.0019/RS

AUTOR: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA

AUTOR: COMERCIO DE SALVADOS PORTAO LTDA - EPP

Local: Novo Hamburgo

Data: 13/03/2023

CERTIDÃO

Certifico, usando a faculdade que me confere a lei, que as guias de custas iniciais foram disponibilizadas no processo.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PEREIRA PELLEZ**, **Diretor de Secretaria**, em 13/3/2023, às 18:54:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10034424704v2** e o código CRC **febb2956**.

5002260-43.2023.8.21.0019

10034424704 .V2

Evento 64

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

13/03/2023 18:54:39

Usuário:

GPPELLENZ - GABRIEL PEREIRA PELLLENZ - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

64

Autor:

COMERCIO DE SALVADOS PORTAO LTDA - EPP

Prazo:

30 Dias

Status:

AGUARD. ABERTURA

Procurador Citado/Intimado:

CESAR AUGUSTO RITTER CARRERA

Evento 65

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

13/03/2023 18:54:40

Usuário:

GPPELLENZ - GABRIEL PEREIRA PELLLENZ - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

65

Autor:

DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA

Prazo:

30 Dias

Status:

AGUARD. ABERTURA

Procurador Citado/Intimado:

CESAR AUGUSTO RITTER CARRERA

Evento 66

Evento:

PROCURACAO____DIEMENTZ_COMERCIO_DE_ELETROMOVEIS_LTDA__RS034845____VERA_LUCIA_S

Data:

14/03/2023 22:36:47

Usuário:

RS034845 - VERA LUCIA STEINER - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

66

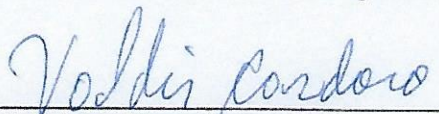
Vera Lúcia Steiner
Advogada



PROCURAÇÃO

FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Tristão de Oliveira, nº 1.200 – bairro Floresta – Gramado – RS, inscrita no CNPJ sob n. 93.778.066/0001-98, neste ato representada por seu representante legal nomeia e constitui sua bastante procuradora Dr^a. Vera Lucia Steiner, brasileira, divorciada, advogada, OAB/RS 34.845, com escritório profissional na rua Sarmiento Leite, 1329/901 – bairro Exposição– Caxias do Sul/RS, a quem conferem amplos poderes para o foro em geral com cláusula “ad juditia” em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, especialmente para atuar na ação DE Recuperação Judicial 5002260-43.2023.8.21.0019 que está tramitando junto ao Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial, reconhecer procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Caxias do Sul, 14 de março de 2023.


Florybal Chocolates Ltda

Vera Lúcia Steiner
Advogada



**AO JUÍZO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO
HAMBURGO – RS**

Processo n. 5002260-43.2023.8.21.0019

FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Tristão de Oliveira, n. 1200 – bairro Floresta – Gramado – RS, CEP: 95670-000, inscrita no CNPJ sob n. 93.778.066/0001-98, por sua procuradora abaixo assinada, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer sua habilitação no processo de Recuperação Judicial de DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA.

Requer que todas as intimações sejam endereçadas à Dra Vera Lucia Steiner, OAB-RS 34.845, com endereço profissional na rua Sarmento Leite, 1329/901 – bairro Exposição – Caxias do Sul – RS, CEP: 95084-000, e-mail: steinervera30@gmail.com, fone celular: (54) 9.9645-0787, sob pena de nulidade.

Pede deferimento.

Caxias do Sul, 14 de março de 2023.

Dra Vera Lucia Steiner

OAB-RS 34.845



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

43206471900

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: FLORYBAL CHOCOLATES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP2000389881

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
	023	1		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
	051	1		CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	2244	1		ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

GRAMADO
Local

11 Dezembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

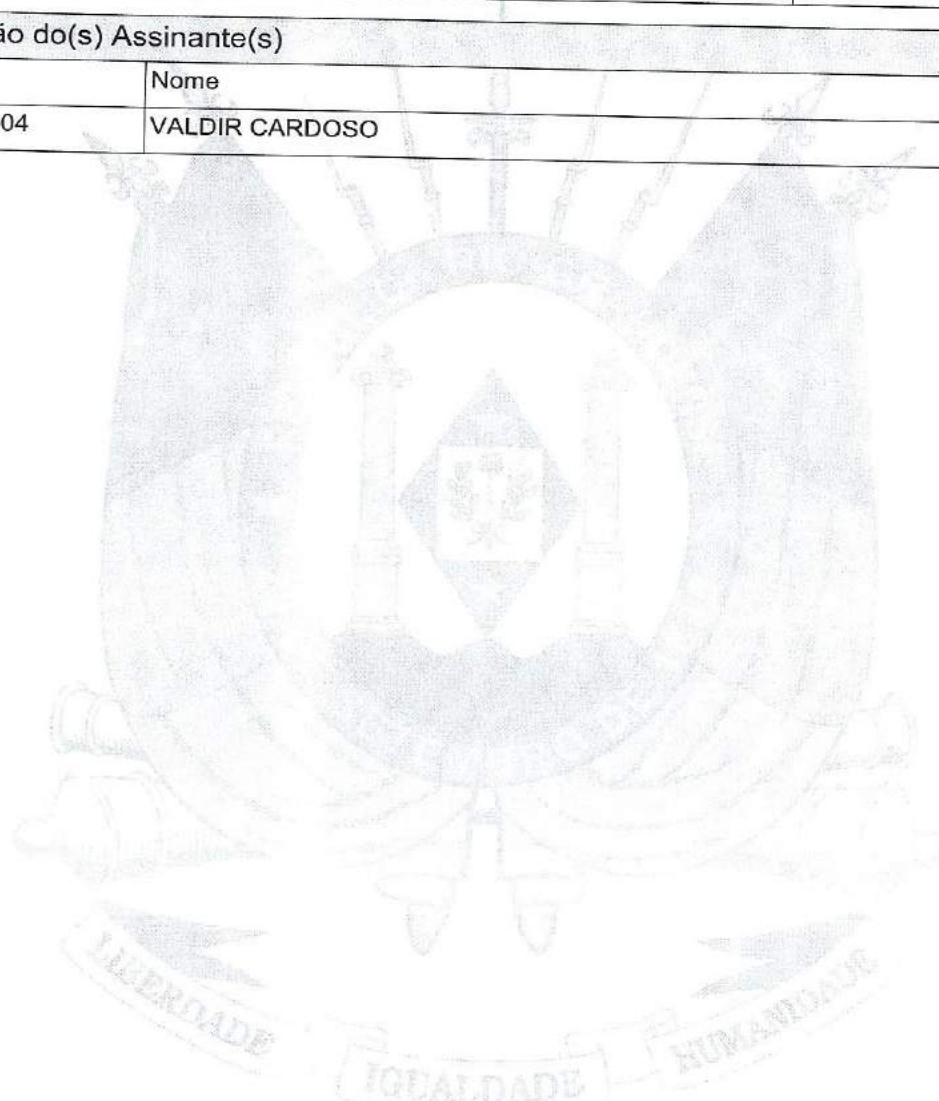


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/766.766-7	RSP2000389881	11/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
420.391.180-04	VALDIR CARDOSO



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/12

INSTRUMENTO JURÍDICO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA.

23ª. ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JANETE TOMASINI MAYER brasileira, natural de Gramado, RS, divorciada, nascida em 25-02-1970, empresária, residente e domiciliada na Rua dos Amores Perfeitos, 122, Condomínio Altos Pinheiros, Canela, RS, CEP. 95.680-000, portadora da Carteira de Identidade nº **9064587315** expedida pela SSP/RS e, inscrita no CPF sob nº **455.428.300-30**.

VALDIR CARDOSO, brasileiro, natural de Caxias do Sul, RS, divorciado, nascido em 21-07-1964, empresário, residente e domiciliado na Rua das Acácias, 83, Bairro Bavária, Gramado, RS, CEP. 95.670-000, portador da Carteira de Identidade nº **1031219387** expedida pela SSP/RS e, inscrito no CPF sob nº **420.391.180-04**.

Sócios cotistas da sociedade comercial que gira sob o nome empresarial de: **FLORYBAL CHOCOLATES LTDA.**, com sede em Gramado, RS, sito à Rua Tristão de Oliveira, 1.200, Sala 02, Bairro Floresta, CEP. 95.670-000, inscrita no CNPJ sob nº **93.778.066/0001-98**, constituída conforme contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº **43206471900** em 01-09-2009, resolvem de comum acordo, alterar o seu contrato social, passando a reger-se pelas cláusulas e condições seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

Cláusula 1ª. - O objeto social da sociedade é: Indústria de chocolates, licores e sorvetes; Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Transporte de passageiros municipal e intermunicipal, Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Cláusula 2ª. - O objeto social da sede da sociedade domiciliada na Rua Tristão de Oliveira, 1.200, Sala 02, Bairro Floresta, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000, é alterado para: Indústria de chocolates, licores e sorvetes; Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Transporte de passageiros municipal e intermunicipal, Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 3ª. - É constituída a filial à Avenida das Hortênsias, 782, Sala 01, Bairro Planalto em Gramado, RS, Cep. 95.670-000, iniciando suas atividades em 08-12-2020, com as atividades de Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 4ª. – Devido às modificações inseridas ao contrato social, os sócios, por unanimidade, resolvem consolidar o seu contrato social que passa a vigor com a redação seguinte.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

Cláusula 1ª. - A sociedade gira sob o nome empresarial de: **FLORYBAL CHOCOLATES LTDA.**, e nome fantasia de: **FLORYBAL**.

Cláusula 2ª. - O objeto social da sociedade é: Indústria de chocolates, licores e sorvetes; Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Transporte de passageiros municipal e intermunicipal, Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Cláusula 3ª. - A sociedade tem sua sede e domicílio na Rua Tristão de Oliveira, 1.200, Sala 02, Bairro Floresta, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000, inscrita no NIRE sob nº 43206471900 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0001-98, tendo por objeto social: Indústria de chocolates, licores e sorvetes; Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Transporte de passageiros municipal e intermunicipal, Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 4ª. - Na Avenida das Hortênsias, 5.436, Bairro Avenida Central, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901172273 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0002-79, que iniciou suas atividades em 01-02-2006, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 5ª. - Na Avenida Osvaldo Aranha, 251, Bairro Centro, em Canela, RS, Cep. 95.680-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901429690 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0003-50, que iniciou suas atividades em 05-10-2009, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 6ª. - Na Avenida das Hortênsias, 5495, Bairro Carniel, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901471408 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0004-30, que iniciou suas atividades em 18-05-2010, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 7ª. - Na Avenida Ernani Kroeff Fleck, 264, Bairro Remanso, em Canela, RS, Cep. 95.680-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901504781 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0005-11, que iniciou suas atividades em 07-10-2010, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

Cláusula 8ª. - Na Estrada RS 466, Km 5, 1.630, Loja 01, Bairro Caracol, em Canela, RS, Cep. 95.680-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901575637 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0006-00, que iniciou suas atividades em 26-09-2011, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 9ª. - Na Avenida Borges de Medeiros, 2.300, sala 23, Bairro Centro, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901648316 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0007-83, que iniciou suas atividades em 02-10-2012, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 10ª. - Na Avenida Borges de Medeiros, 2.771, Bairro Centro, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE 43901701799 sob nº e no CNPJ sob nº 93.778.066/0008-64, que iniciou suas atividades em 16-09-2013, tendo por objeto social o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 11ª. - Na Praça da Matriz, 40, Sala 01, Bairro Centro, em Canela, RS, Cep. 95.680-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901749911 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0009-45, que iniciou suas atividades em 01-09-2014, tendo por objeto o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 12ª. - Na Rua Tristão de Oliveira, 1200, Sala 01, Bairro Floresta, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901833881 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0010-89, que iniciou suas atividades em 12-04-2016, tendo por objeto o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 13ª. - Na Avenida das Hortênsias, 5386, Bairro Avenida Central, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901837739 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0011-60, que iniciou suas atividades em 07-06-2016, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Cláusula 14ª. - No Largo Cláudio Pasqual, 45, Sala 01, Bairro Centro, em GRAMADO, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901846100 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0012-40, que iniciou suas atividades em 25-08-2016, tendo por objeto o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança VAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 5/12

Cláusula 15ª. - Na Avenida Borges de Medeiros, 1868, Bairro Centro, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901867085 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0013-21, que iniciou suas atividades em 13-03-2017, tendo por objeto o Comércio varejista de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 16ª. - No Largo da Fama, 77, Loja 09, Bairro Centro, em Canela, RS, Cep. 95.680-000 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901973161 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0014-02, que iniciou suas atividades em 10-01-2019, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Atividades de recreação e lazer; Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Cláusula 17ª. - Na Avenida Farroupilha, 4545, Loja 2101, Pavmto L2, Bairro Marechal Rondon, em Canoas, RS, CEP. 92.020-475 está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901973179 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0015-93, que iniciou suas atividades em 10-01-2019, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 18ª. - Na Avenida Don Luiz Guanella, 1.313, Loja 01, Bairro São José, em Canela, RS, CEP. 95.680-000, está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43901976224 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0016-74, que iniciou suas atividades em 31-01-2019, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares; Serviços de reservas e vendas de ingressos.

Cláusula 19ª. - Na Avenida Borges de Medeiros, 3047, Sala 02, Bairro Centro, em Gramado, RS, Cep. 95.670-000, está domiciliada a filial inscrita no NIRE sob nº 43902057664 e no CNPJ sob nº 93.778.066/0017-55, que iniciou suas atividades em 01-09-2020, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria.

Cláusula 20ª. - Na Avenida das Hortênsias, 782, Sala 01, Bairro Planalto em Gramado, RS, Cep. 95.670-000, está domiciliada a filial que iniciou suas atividades em 08-12-2020, tendo por objeto o Comércio de chocolates, sorvetes, bebidas, artigos do vestuário e acessórios, suvenires e artesanatos, cosméticos e artigos de perfumaria; Lanchonete, casa de chá, sucos e similares.

Cláusula 21ª. - O Capital social de R\$ 4.000.000,00(Quatro milhões de reais) integralizado, fica dividido em 4.000.000 (Quatro milhões) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma e, assim distribuídas entre os sócios:

JANETE TOMASINI MAYER.....	2.000.000 cotas.....	R\$ 2.000.000,00
VALDIR CARDOSO.	2.000.000 cotas.....	R\$ 2.000.000,00

TOTAL	4.000.000 cotas.....	R\$ 4.000.000,00
-------------	----------------------	------------------

Cláusula 22ª. - O prazo de duração da presente sociedade é por tempo indeterminado, datando o início de suas atividades em 02-01-1991.

Cláusula 23ª. - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

Cláusula 24ª. - A administração da sociedade caberá aos sócios, JANETE TOMASINI MAYER e VALDIR CARDOSO, em conjunto ou individualmente, com poderes e atribuições de ADMINISTRADORES, aos quais caberá a responsabilidade e a representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dela, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade. Os administradores ficam autorizados a fazer uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula 25ª. - Os sócios que exercerem atividades na sociedade farão jus a uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado de comum acordo entre os sócios, antes do início de cada exercício financeiro, observada as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 26ª. - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único – A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de reservas de lucros ou permanecer em lucros acumulados para futura destinação.

Cláusula 27ª. - As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 28ª. - No caso de um sócio desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência de 90 (Noventa) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados com base no último balanço patrimonial encerrado, a partir do aviso prévio, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira dentro de trinta dias a contar da retirada, acrescida de juros de 12% (doze por cento) ao ano. Ao cálculo dos haveres do sócio retirante será acrescida a parte ideal das reservas existentes no balanço levantado, caso não tenham sido incorporadas ao capital social até a última data.

Cláusula 29ª. - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro – Os sucessores do sócio falecido serão admitidos na sociedade se assim o desejarem, porém se os sucessores do sócio falecido não desejarem ingressar na sociedade ou se a tanto se opuser a maioria do capital social integralizado, nos termos do parágrafo anterior, seus haveres serão pagos na forma prevista na cláusula 28ª.



Parágrafo Segundo – A admissão dos novos sócios ficará condicionada a aprovação da maioria do capital social integralizado, compreendido neste também, a parcela transmitida aos sucessores postulantes.

Parágrafo Terceiro – O mesmo procedimento será dotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 30ª. - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 31ª. - O sócio remisso, declarado falido ou que tenha sua cota liquidada será excluído da sociedade. Também aquele que colocar em risco a continuidade da empresa por atos de inegável gravidade será excluído por Justa Causa.

Cláusula 32ª. - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão supridas ou resolvidas na forma da legislação aplicável, ficando desde já eleito o Foro de GRAMADO, RS, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, JANETE TOMASINI MAYER e VALDIR CARDOSO assinam digitalmente o presente instrumento de contrato social.

Gramado, RS, 08 de dezembro de 2020.

Fim deste instrumento.



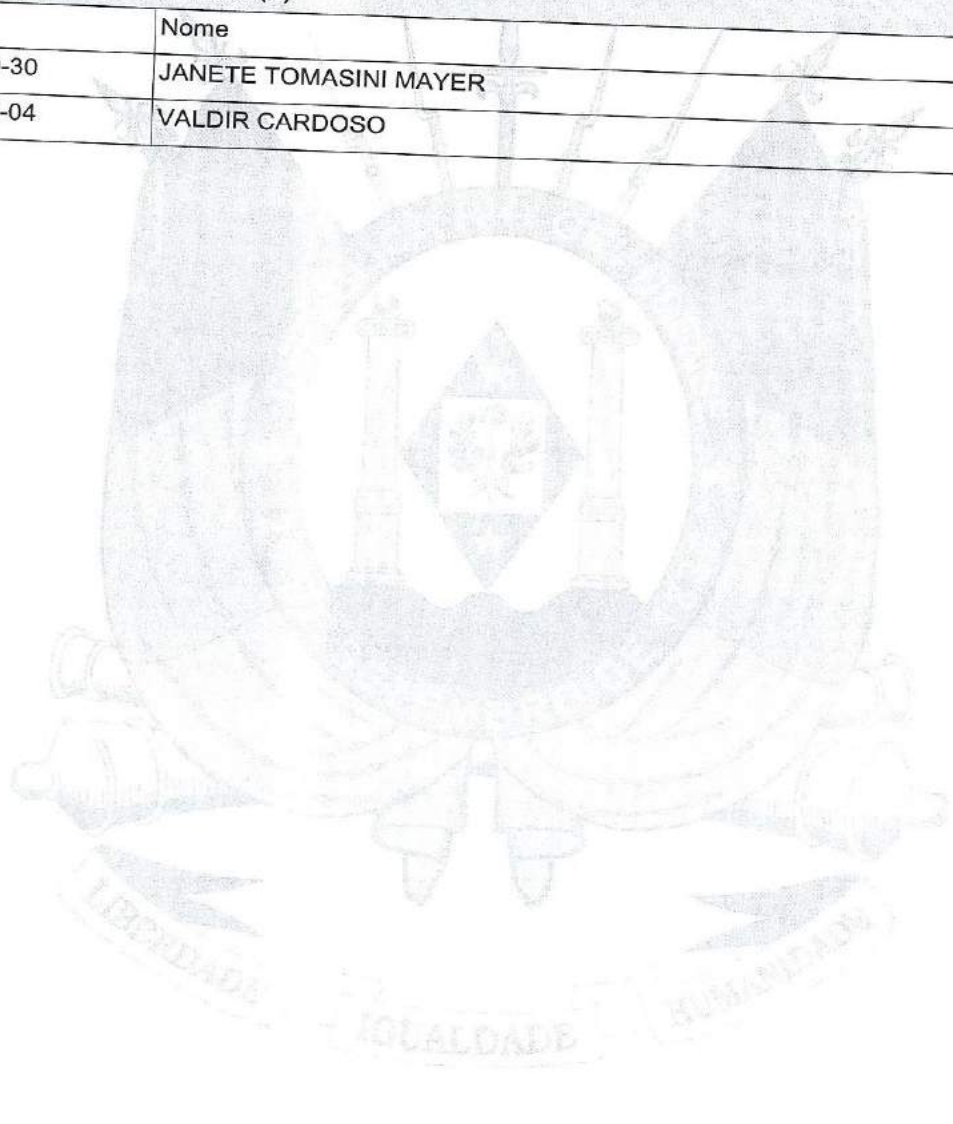
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/766.766-7	RSP2000389881	11/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
455.428.300-30	JANETE TOMASINI MAYER
420.391.180-04	VALDIR CARDOSO



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/12

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 20/766.766-7 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 7470204 em 16/12/2020 da empresa 4320647190-0 FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
4390207472-1	AVENIDA DAS HORTENSÍAS 782 SALA 01 - BAIRRO PLANALTO CEP 95670-000 - GRAMADO/RS

16/12/2020



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 10/12



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, de NIRE 4320647190-0 e protocolado sob o número 20/766.766-7 em 11/12/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7470204, em 16/12/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabiana Godinho Valim.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
420.391.180-04	VALDIR CARDOSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
455.428.300-30	JANETE TOMASINI MAYER
420.391.180-04	VALDIR CARDOSO

Porto Alegre, quarta-feira, 16 de dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Fabiana Godinho Valim, Servidor(a) Público(a), em 16/12/2020, às 12:58 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 20/766.766-7.

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
 CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL

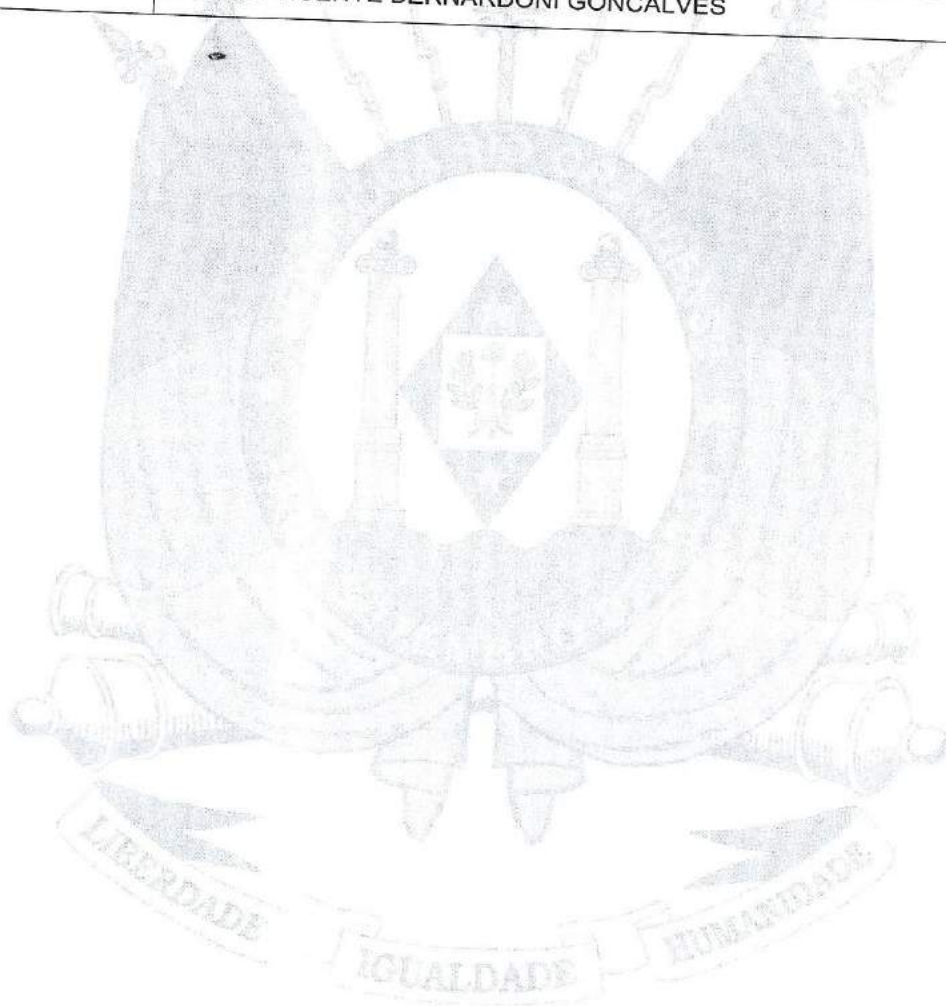
pág. 11/12



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre, quarta-feira, 16 de dezembro de 2020



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 7470204 em 16/12/2020 da Empresa FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, Nire 43206471900 e protocolo 207667667 - 11/12/2020. Autenticação: BA403AC867D927564F95FCCBAF6C6BBE92AF66. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/766.766-7 e o código de segurança vAGu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

Evento 67

Evento:

PETICAO

Data:

15/03/2023 12:50:30

Usuário:

RS034845 - VERA LUCIA STEINER - ADVOGADO

Processo:

5002260-43.2023.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

67

Vera Lúcia Steiner
Advogada



**AO JUIZO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO
HAMBURGO – RS**

Processo n. 5002260-43.2023.8.21.0019

FLORYBAL CHOCOLATES LTDA, já qualificada no ev.66, por sua procuradora abaixo assinada, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que a petição e documentos do ev. 66 **deve ser cadastrada como parte interessada** e não como constou, por um equívoco, como de **DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA**.

Pede deferimento.

De Caxias do Sul para Novo Hamburgo, 15 de março de 2023.

Dra Vera Lucia Steiner

OAB-RS 34.845